

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Bárbara Macagnan Lopes

**CONSTITUIR A ÁFRICA A PARTIR DA HISTÓRIA:
Africanização, Pan-africanismo e Desenvolvimento Endógeno no pensamento de Joseph
Ki-Zerbo**

Porto Alegre

2018

Bárbara Macagnan Lopes

**CONSTITUIR A ÁFRICA A PARTIR DA HISTÓRIA:
Africanização, Pan-africanismo e Desenvolvimento Endógeno no pensamento de Joseph
Ki-Zerbo**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. José Rivair Macedo

Banca Avaliadora:

Prof.^a Dr.^a Mara Cristina de Matos Rodrigues (UFRGS)

Prof. Dr. Muryatan Santana Barbosa (UFABC)

Porto Alegre

2018

RESUMO

Os enfrentamentos pelas independências na África exteriorizaram concepções acerca da África e dos africanos e modelos de confronto ao colonialismo propostos por intelectuais provenientes do próprio continente. Nesse contexto, o pensamento do historiador do Burkina Faso Joseph Ki-Zerbo evidenciou uma matriz interpretativa pan-africanista da África que passava pela necessidade da observância dos processos históricos como prerrogativa para o alcance do desenvolvimento interno e união dos países africanos. Pretende-se, nesse trabalho, percorrer algumas abordagens do historiador no que se refere à importância da história e seus métodos e, principalmente, na relevância da história para a promoção do desenvolvimento da África durante e após os processos de independência.

PALAVRAS-CHAVE: Pan-africanismo; Desenvolvimento endógeno; Africanização; Ki-Zerbo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1 PRIMEIRAS LUTAS: AS INDEPENDÊNCIAS E O FEDERALISMO	9
2 O PAN-AFRICANISMO E A AFRICANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO.....	16
3 O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E A HISTÓRIA	29
3.1 <i>DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO: PASSAR DE SI PARA SI MESMO</i>	29
3.2 <i>A HISTÓRIA DA ÁFRICA E A QUESTÃO DO MÉTODO</i>	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

Por muito tempo, negar História à África ou a destituir de sua historicidade foi lugar comum. Nos séculos XIX e XX, no bojo do Imperialismo, onde forjaram-se concepções de luta pela libertação das nações africanas, os problemas dos modelos de colonização, das independências e da dependência exigiram espaços fundamentais de pensamento e ação política. Nos espaços criados por esse contexto, as respostas dos intelectuais africanos ao colonialismo colocaram em evidência a necessidade de olhar a África em panorama e perceber os processos de conformação do continente, passando necessariamente por sua história. Nesse cenário de pensamento, luta e reflexão sobre a história, destacou-se entre muitas outras a personalidade do burkinense Joseph Ki-Zerbo.

Ki-Zerbo escreveu obras fundamentais para a escrita da história africana. Mais do que isso, as contribuições do historiador do Burkina Faso no que se refere à metodologia histórica, à questão das fontes e do olhar subjetivo do historiador tiveram muito peso na abordagem histórica para todos os tempos e espaços. Seus escritos acerca de como se escreve a história e sua crítica a perspectivas sem método rigoroso são valiosos para qualquer estudioso que dirija um olhar metucioso às suas fontes e métodos. Procurando dar novo sentido à história do continente africano, Ki-Zerbo lançou bases importantes e fundamentais para a disciplina histórica e fomentou a reflexão sobre o olhar do historiador.

Forjado na crítica ao sistema colonial, na luta anticolonialista e na conformação da África no pós-independências, o pensamento de Ki-Zerbo se relaciona ao pensamento pan-africanista de matiz histórico na necessidade de revisitar a história da África e compreendê-la de forma a iluminar os caminhos pós-independência (BARBOSA, 2016). Como ideologia política e viés interpretativo, o pan-africanismo do século XX procurou – e procura, visto que é um movimento ainda significativamente importante para os africanos – responder ao colonialismo através de articulações intelectuais, culturais e políticas que possibilitem maior reflexão acerca da situação da África, dos africanos e do negro em outros lugares do mundo. Mais do que isso, o pan-africanismo, em alguns de seus mais diversos ramos, foi princípio e sustentação de movimentos que visavam construir a África a partir de uma unidade política e cultural (BARBOSA, 2012).

Por mais que as diferenças internas naquilo que hoje conhecemos por pan-africanismo sejam grandes e até mesmo contraditórias, a perspectiva orientada à organização de referenciais históricos e culturais propriamente africanos sempre esteve mais ou menos presente nas formulações de seus principais intelectuais. Estes, também com maior ou menor

afinco, estiveram presentes não apenas na formulação das ideias sobre o passado e os rumos do continente, mas nas lutas políticas que deram origem à conformação da África pós-independências.

Nesse contexto de ideia e luta é que se posiciona o pensamento de Joseph Ki-Zerbo. Professor, historiador e ativista, Ki-Zerbo elaborou, dentro de seu pensamento conhecido como “perspectiva africana” (BARBOSA, 2016, p.112), um verdadeiro programa de construção da Unidade Africana (ABDELMADJID, 2007, p. 27) através da tomada de consciência por meio da recuperação da História do continente como um todo – que, aliás, seria uma prerrogativa sem a qual não poderia haver desenvolvimento – apoiado em ponderações sobre método, fontes, objetos e reflexão sobre subjetividade absolutamente transformadores.

Autor de obras fundamentais como a *Histoire de l'Afrique noire* (1972), a organização, introdução e conclusão do primeiro livro do monumental projeto da UNESCO, História Geral da África – discutido desde a década de 1960 e publicados nas três décadas seguintes em vários idiomas – além de vários outros livros e artigos, Ki-Zerbo se tornou referência para a história da África e historiador prestigiado em diversos meios. O pensamento e as contribuições de Ki-Zerbo, bem como sua biografia na área da educação e da atividade política, são muito extensos (BADINI, 1999). Justamente por isso, o intuito do trabalho apresentado centra-se na reflexão sobre determinados princípios colocados por Ki-Zerbo em sua obra que, cotejados com algumas observações de seus comentadores, possam explicitar sua importância para a construção da História da África e da História como um todo.

Partindo de todas essas contribuições do pensador africano, propõe-se aqui percorrer sua trajetória intelectual a fim de produzir um esboço geral da obra de Ki-Zerbo – de toda forma, ainda muito incompleto – e suas implicações na historiografia africana. Seguindo os argumentos de suas mais importantes obras e as sugestões que propõe para a análise das sociedades africanas, procura-se sopesar a importância dos aportes teóricos e metodológicos preconizados em suas obras e entrevistas e avaliar em perspectiva as sugestões do historiador para que a África alcançasse seu desenvolvimento e sua transformação social.

Para compreender a amplitude do pensamento de Ki-Zerbo, o trabalho procura concatenar os textos do historiador a seu tempo de produção, às contingências históricas enfrentadas pelo continente durante a produção de suas obras e sua ação política e educativa e à emergência de novos paradigmas para a análise e escrita da história africana. Assim, ideias de autores de viés interpretativo semelhante e outros vinculados às tradições historiográficas

contemporâneas e anteriores a Ki-Zerbo, caso de Cheikh Anta Diop e Kenneth O. Dike, serão visitadas e cotejadas ao autor principal, a fim de se perceber as rupturas, permanências e intersecções. Além disso, são utilizados argumentos de seus comentadores no intuito de avaliar as contribuições do historiador para a historiografia da África, bem como o lugar teórico e metodológico que suas análises ocupam no estudo da história como um todo.

Para isso, será preciso, ainda, percorrer alguns conceitos propostos por pesquisadores da história da África que dizem respeito à construção da historiografia do continente e suas possíveis abordagens. Nesse sentido, o conceito de *africanização* do conhecimento histórico, tal como sintetizado por Brizuela-Garcia (2006), bem como o de historiografia africanista e nacionalista, trabalhado por pesquisadores como Falola (2004), serão instrumentalizados como chaves de análise para a apreciação dos pressupostos e pesquisas de Joseph Ki-Zerbo ao longo de sua trajetória política e acadêmica.

Dessa forma, parte-se, aqui, de duas perspectivas: a primeira relaciona-se ao conceito de *africanização* e sua relevância para a compreensão da obra historiográfica de Ki-Zerbo; a segunda está articulada à observância da “tradição” à qual o programa teórico e metodológico do historiador burkinense se conecta, designado pelo pesquisador Carlos Lopes como historicidade da “pirâmide invertida”, visto que o viés impresso pelos historiadores vinculados a esse regime de historicidade sobrevalorizaram determinados aspectos da história africana ou a escreveram partindo das experiências de resistência ao colonizador (LOPES, 1995).

Joseph Ki-Zerbo procurou, ao longo de sua trajetória, imprimir um viés “mais africanizado” à produção intelectual do continente. Para isso, desenvolveu o conceito de “desenvolvimento endógeno” (KI-ZERBO, 2009), através do qual postula a importância de procurar os diferentes modelos africanos em oposição aos coloniais e atentar para as reais necessidades africanas em relação ao seu desenvolvimento e às questões que os africanos querem discutir. Esses argumentos de Ki-Zerbo estão presentes na ideia de “africanização” proposta por diferentes pesquisadores. Brizuela-Garcia (2006) afirma que o conceito de africanização estaria vinculado aos questionamentos em torno do quanto africana seria a história da África, o que, segundo a pesquisadora, estaria mais evidente na historiografia a partir da descolonização. Para ela, duas questões foram fundamentalmente postas pelos historiadores que buscavam a africanização: a) a questão da autenticidade de estilos, fontes e os próprios eventos; e b) a relevância, ou seja, o grau de abrangência em relação às necessidades africanas. Somadas à tese da agência africana em detrimento à submissão aos

modelos europeus, as duas questões acima evidenciadas no que se refere à africanização do conhecimento histórico são as linhas gerais do pensamento de Joseph Ki-Zerbo.

Contudo, esse pensamento mais “africanizado” pode ter levado os historiadores do período de Ki-Zerbo a enfatizar demasiadamente sua alteridade, a ponto de construir uma história na qual até mesmo uma ideia de superioridade das formações africanas ficava manifesta. É a historicidade da “pirâmide invertida”, proposta por Carlos Lopes (1995) como modelo de interpretação das escolas do pensamento africano surgidas a partir dos anos 1950, com a historiografia nacionalista e pan-africanista, às quais Ki-Zerbo apresentou suas contribuições. É preciso perceber, ainda, que as perspectivas acima, vinculadas à africanização e à ideia de pirâmide invertida, apesar de operarem como possíveis indicadores para o pensamento historiográfico do período no qual Ki-Zerbo se insere, são alvos de inúmeras críticas por criar exatamente aquilo que a historiografia africana combatia: o isolamento das histórias nacionais africanas e uma suposta idealização e ideologização da história africana, como pode sugerir o texto de Carlos Lopes. A crítica desses conceitos é discutida no decorrer do trabalho.

É nessa discussão que o presente trabalho de pesquisa pretende radicar-se, a fim de produzir uma breve síntese que possa apresentar em linhas gerais a produção intelectual aliada ao ativismo político e à ação profissional do professor e historiador Joseph Ki-Zerbo. Devido ao vasto conteúdo de sua obra e ao grande respeito que construiu com décadas de trabalho voltadas para a história da África e ao papel dos pesquisadores na formalização teórica de rumos para o continente, o exame aqui empreendido se torna bastante lacunar. Serão apresentados os conceitos fundamentais de sua obra, bem como as ideias basilares de seus principais escritos e suas proposições mais comentadas, sem perder de vista as vinculações com seus contemporâneos e seu próprio tempo, desafetos e comentadores. Entretanto, por mais que se tente estabelecer critérios para organizar metodologicamente as principais concepções sob a luz do conceito de africanização e da crítica proposta pela ideia de pirâmide invertida, a análise de uma obra tão vasta só pode ser muito fragmentada.

O texto que segue se divide em três partes: na primeira, mais breve, entram em discussão, sinteticamente, os processos que levaram às Independências Africanas e algumas notas biográficas em relação às lutas políticas e primeiras movimentações do intelectual no que tange à história da África. Essas notas e o processo independentista africano foram retomados para a discussão da ideia de *federalismo*, que permeia a obra de Ki-Zerbo e faz parte do escopo do intelectual em grande parte de seus livros e suas manifestações.

A segunda parte trata das perspectivas *africana* e *pan-africana* que formaram o pensamento de Ki-Zerbo e renovaram a história da África a partir de uma história feita por africanos. O pensamento de outros africanos do meio do século XX também foi discutido a fim de ter uma maior perspectiva sobre o impacto da obra de Ki-Zerbo e dos intelectuais que acompanharam esse movimento historiográfico. A última parte trata do núcleo da abordagem histórica de Ki-Zerbo, a questão do *pensamento endógeno*. A importância de discutir esse conceito se conecta com a parte inicial do trabalho, visto que Ki-Zerbo acreditava que o desenvolvimento endógeno seria parte estrutural que acompanharia a independência total dos africanos.

Presente em grande parte dos escritos de Ki-Zerbo, o papel do intelectual na escrita da história e na promoção do desenvolvimento através da necessidade de “acordar a consciência histórica” (SANOU, 2008) ainda é ponto capital em nossas sociedades contemporâneas, africanas ou não. Levantar questões de tal ordem, descortinar a ideia de que é possível haver neutralidade diante da percepção e escrita dos processos históricos e acreditar no engajamento do intelectual para transformar as conjunturas e estruturas foram o mote da escrita de Ki-Zerbo. Em nosso tempo, o intelectual engajado na luta dos povos é premente. Pensamos, assim, que as contribuições de Ki-Zerbo ao pensamento histórico combativo em tempos adversos pode justificar a execução deste trabalho.

Em tempos de esquecimento, apagamento e minimização dos processos históricos que nos constituíram e da perda de direitos – e do direito fundamental de se expressar contra o injusto, o condenável e contra a intolerância – decorrentes de um revisionismo mal-intencionado, o pensamento de Ki-Zerbo lança algumas perspectivas sobre como fazer história em tempos difíceis e em tempos de luta.

1 PRIMEIRAS LUTAS: AS INDEPENDÊNCIAS E O FEDERALISMO

O ano de 1960 – o chamado “ano africano” – ficou marcado como o grande ano para as independências africanas. Isso porque grande parte dos países colonizados pelas potências francesa e inglesa tiveram reconhecidas suas intenções de independência a partir desse ano, embora dentro da linha caracterizada por Visentini (1990) como “pacífica, gradual e controlada”, ou seja, encaminhadas pelas próprias potências colonizadoras a fim de evitar a radicalização dos movimentos de libertação nacional (VISENTINI, 1990; 2008). Para o organizador do oitavo volume da monumental obra *História Geral da África*, Ali Mazrui – que sofreu inúmeras críticas dos intelectuais envolvidos na elaboração dos volumes organizados pela UNESCO por dirigir sua parte da obra de forma a diminuir a agência africana nos processos de independência, em contraposição ao que se exigia da obra –, as movimentações pelas independências passaram por etapas que antecederam seu reconhecimento por parte dos colonizadores:

A luta pelo reino político – ou pela soberania política – na África colonial se desdobrou em quatro etapas, por vezes entrecruzadas nos fatos mas, nitidamente passíveis de análise. Antes da Segunda Guerra Mundial, produziu-se primeiramente uma fase de agitação das elites em favor de uma maior autonomia. A ela seguiu - se um período caracterizado pela participação das massas na luta contra o nazismo e o fascismo. Adveio, em seguida, após a Segunda Guerra Mundial, a luta não violenta das massas por uma total independência. Finalmente, sobreveio o combate armado pelo reino político: a guerrilha contra os governos de minoria branca, sobretudo a partir dos anos 1960. (MAZRUI, 2010, p. 126)

Mazrui observa, assim, o papel desagregador que a Segunda Guerra conferiu à dominação colonial os movimentos que a sucederam. Em seguida, o autor/editor pondera que outras influências tomaram os indivíduos que se lançaram às lutas de independência, como a antiga tradição guerreira de resistência, a influência árabe, o “radicalismo cristão”, a mobilização política de não-agressão e a estratégia da luta armada (p. 134-145).

Visentini (1990, pp. 44-45) observa, entretanto, que os caminhos para a descolonização tomaram forma através quatro ordens de possibilidades, e que não necessariamente ocorreram em etapas, mas partiram das condições das relações entre as potências coloniais e as colônias: a) acordo entre a metrópole e as elites coloniais; b) a exploração das divergências internas; c) luta das guerrilhas revolucionárias e d) apoio da metrópole à facção conservadora nas possíveis guerras civis. Ao que se percebe nas independências africanas que se dão a partir do ano africano, fica claro que quase todos esses

caminhos foram percorridos, em especial o acordo metrópole-elites e o apoio ao lado mais conservador nos conflitos internos.

Um dos pontos fundamentais que permitiram que os protestos por independência fossem avaliados e concluídos foi a luta dos argelinos pela independência a partir de 1954. O severo conflito pela autodeterminação argelina, fundado em massacres e tensão política absoluta (CANCELA, 2014), levou a França e outras metrópoles a organizar métodos que evitassem a radicalização dos confrontos com as colônias ao mesmo tempo em que garantissem sua influência econômica sobre as nações que tivessem sua independência reconhecida (VISENTINI, 1990, p. 44). É importante frisar, ainda, que fatores como a clara oposição da União Soviética e dos Estados Unidos às políticas neocoloniais – especialmente porque contrariavam os interesses das empresas estadunidenses – e a Conferência de Bandung (1955), que deixava em evidência a necessidade dos países africanos (mesmo que apenas seis países africanos tenham participado) e asiáticos alcançarem as emancipações para mútua cooperação, foram também determinantes para a construção das independências:

(...) Na Conferência de Bandung, pela primeira vez se reúnem representantes dos povos asiáticos e africanos, inaugurando a solidariedade afroasiática e a emergência do Terceiro Mundo no cenário internacional. A Conferência representou o início da tomada de consciência em relação ao papel que os novos países independentes deveriam exercer no mundo, no sentido de representar os excluídos, os oprimidos e os rejeitados nas grandes discussões internacionais do centro. À época dessa conferência, a maioria dos países Ásia já havia conquistado a independência política formal e a luta de libertação nacional na África começava a despontar. Nesse sentido, a conferência reuniu diferentes correntes do mesmo movimento de emancipação, em fases diferentes de desenvolvimento, além de unir países com distintos sistemas políticos, desde países monárquicos até socialistas. A heterogeneidade dos países, que a princípio poderia ser um obstáculo à coordenação da ação coletiva, foi superada pelo desejo comum de todos os países de enfrentar o subdesenvolvimento. Bandung, assim, representava uma tentativa de inverter a lógica da Guerra Fria e propor o debate Norte-Sul, ao invés do Leste-Oeste, e se posicionar como um polo de poder alternativo que tornaria a Guerra Fria bem mais complexa do que aparentemente poderia parecer. (PEREIRA; MEDEIROS, 2015, p. 6).

Um dos primeiros passos para as metrópoles evitarem as emancipações imediatas, como propunham movimentos dos intelectuais da época e a própria ideia central da Conferência de Bandung, foi garantir influência econômica e determinar os rumos políticos das nações africanas. Isso foi garantido através de atitudes que viabilizassem o controle dos protestos, formando estudantes africanos nas metrópoles, utilizando técnicos europeus e africanos formados na Europa como agentes da burocracia estatal nas colônias, criando métodos de ensino dependentes da Europa e concedendo, paulatinamente, autonomia às elites dirigentes. Dessa forma, parte das independências, especialmente das nações sob domínio

francês, se deu de forma controlada e gradual. É importante notar, ainda, que a própria iniciativa francesa de formar na metrópole profissionais para atuar em seus quadros burocráticos nas colônias, ao escolarizar as elites, apesar de ter as preparado para agir pela metrópole, munuiu os intelectuais que prepararam as lutas nacionalistas (RIBEIRO, 2007).

Contudo, algumas independências que precederam as emancipações controladas tiveram caráter mais radical e também preocuparam as potências coloniais. Os processos ocorridos em Gana (Costa do Ouro), sob direção de Kwame Nkrumah em 1957 a partir de um programa de desobediência civil (PAIM, 2014, p. 106) e na Guiné de Sékou Touré, em 1958 – e que formarão a partir de 1961, em conjunto com o Egito de Nasser o “Grupo de Casablanca”, bloco que advogava ruptura com as metrópoles – também levantaram grandes questões à França e à Inglaterra no que se referia aos processos de independência. Além dessas, outras independências tiveram processos emancipatórios de repressão violenta e grande influência internacional no contexto de Guerra Fria (a exemplo do Congo Belga) e movimentos internos de luta armada, caso das colônias portuguesas, que lograram atingir suas respectivas independências com a derrota do fascismo salazarista da metrópole.

Emancipado em 1960, no ano africano, o Burkina Faso (antes chamado de Alto Volta), liberou-se da metrópole através de um processo eleitoral realizado pela França que colocou Maurice Yameogo, ex-padre, filiado ao partido União Democrática Voltaica e membro da elite colonial, no mais alto posto do poder (KI-ZERBO, 2009, p. 115). No antigo Alto Volta, a elite e os funcionários da burocracia estatal já estavam sendo preparados para não permitir o afastamento da nação independente de sua antiga colônia, dentro de uma das linhas de atuação das metrópoles observadas por Visentini, como vimos.

Envolvido nas primeiras movimentações pela libertação nacional do Alto Volta e no processo de organização após a independência (incluindo as discordâncias que lhe renderam um exílio em 1983), Joseph Ki-Zerbo forjou seu pensamento na ação pedagógica e na fundação de alternativas para independência e desenvolvimento da África em movimentos como o MLN (Movimento de Libertação Nacional) e o CEDA (Centro de Estudos para o Desenvolvimento Africano). De envolvimento com a ideia de independência desde os tempos de estudante, Ki-Zerbo elaborou estratégias através de atuação intelectual e no movimento estudantil até 1957 e, depois, passou a atuar como militante pela MLN, na atividade professoral e no âmbito intelectual a fim de encontrar um caminho de união entre as nações africanas independentes, seu projeto de vida.

Ki-Zerbo, nascido em 1922 e filho do primeiro cristão do Alto Volta, sempre estudou em escolas das missões católicas, tanto no Alto Volta quanto em países vizinhos, como Mali e

Senegal. Em 1949, iniciou seus estudos em História na Sorbonne através de uma bolsa de estudos. Continuou sua formação em Ciência Política e doutorou-se em História novamente pela Sorbonne em 1956. Nesse tempo em Paris, conheceu e conviveu com Cheikh Anta Diop, Aimé Césaire, Léopold-Sédar Senghor, Amílcar Cabral e Agostinho Neto, intelectuais e artífices dos futuros processos de independências nas colônias africanas. Dessa intensa atividade intelectual e dos debates entre tantos jovens estudiosos, Ki-Zerbo liderou, de Paris, a associação dos Estudantes do Alto Volta e a Associação dos Estudantes Católicos Africanos, Antilhas e Madagascar, além de publicar artigos em revistas estudantis.

A partir de sua volta para a África – foi para o Senegal em 1957, como funcionário do governo francês – sua posição política se torna mais acirrada devido às novas conjunturas africanas. Depois de 1957, com a atuação de Nkrumah na independência de Gana, funda nesse mesmo ano o Movimento de Libertação Nacional a partir do Senegal. O programa do MLN já continha as ideias principais do historiador, principalmente no que diz respeito à ideia de criação dos Estados Unidos da África e a implantação de um socialismo africano. Mais do que isso, o MLN foi um dos movimentos que abraçou a luta contra a formação da Comunidade Franco-africana proposta por De Gaulle a fim de criar um ambiente favorável às independências graduais e controladas. A proposta de De Gaulle, negada principalmente pela Guiné de Sékou Touré, permitia a independência controlada ou a adesão à Comunidade Francesa, a fim de que a França não perdesse suas vantagens coloniais de nenhum modo. Além disso, as políticas coloniais de De Gaulle visavam colocar a França em um patamar médio diante da Guerra Fria. Ter a África como sua grande zona de influência dava à França certo espaço entre as grandes potências do pós-guerra (BARRIVIERA, 2017).

Após a fundação do MLN e com a tomada de decisão por parte da Guiné de não aderir à Comunidade Franco-africana, Ki-Zerbo montou um corpo expedicionário para salvaguardar as conquistas da independente Guiné, onde ficou por pouco mais de um ano (KI-ZERBO, 2009, p. 115). De volta ao Alto Volta, viu o MLN se tornar clandestino e o primeiro presidente do independente Burkina Faso criar um regime unipartidário e voltado aos interesses estrangeiros, o que desagradou a trabalhadores, estudantes e aqueles que haviam mobilizado grandes esforços para uma verdadeira independência do Burkina Faso. Segundo Ki-Zerbo, sua ideia e a do movimento que criou, o MLN, eram extremamente contraditórias ao que ocorria no país recém-independente:

O programa do Movimento de Libertação Nacional era extremamente claro e rigoroso neste aspecto. Era pela independência em relação aos poderes estrangeiros, pela unidade e por um socialismo assentado nas realidades, nos interesses e valores

da África. Este programa independentista, anticolonial, antineocolonial e progressista visava transformar a África. [...] Esta linha política é dificilmente compatível com o tipo de regimes que tivemos sucessivamente, primeiro no Alto Volta e depois em Burkina Faso (KI-ZERBO, 2009, p. 116).

Como alternativa aos regimes em voga na África até o momento, Ki-Zerbo sugeria os Estados Unidos da África, com eliminação de fronteiras, complementaridade econômica, democratização, cooperativismo e uma “escolha civilizacional intra-africana, que deve buscar sua fonte na história” (BARBOSA, 2016, p. 127), ideia pela qual alguns críticos o consideraram excessivamente romântico. Sua ideia de uma África unida sob a égide de um federalismo alicerçado na história e na tradição – Ki-Zerbo chegou a sugerir que uma das bases de estabelecimento do federalismo poderia ser a expressão nas línguas africanas tradicionais (2009, p. 73) – não foi abandonada durante sua trajetória. Em entrevistas para René Holenstein entre 2000 e 2002, quatro anos antes de sua morte, sugeria a necessidade de entender o Estado africano atual como uma instância média, de modo a não destruir as fronteiras, mas superá-las. Para ele, seria imperativo recolocar o problema territorial africano para além das fronteiras estabelecidas pelos colonizadores, refundando o Estado a partir da descentralização federativa. Para ele, “será necessário tornar as fronteiras atuais o mais leves possível, fazendo delas linhas pontilhadas em vez de muros de concreto, e transformá-las, de estruturas beligeras em fonte de prosperidade e locomotivas de novas configurações” (KI-ZERBO, 2009, p.82-83).

Segundo Ki-Zerbo, muitos problemas africanos seriam resolvidos com a união em um Estado federal. Para ele, se os africanos iniciassem o processo pela infraestrutura, ordenando necessidades e organizando seu sistema produtivo e investindo nesse setor – o que, segundo Ki-Zerbo, a burguesia africana não faz –, os problemas de mercado poderiam ser solucionados, bem como seria possível desenvolver algumas políticas sociais (2009, p.38). Para o professor, grande parte dos conflitos que acreditamos ser étnicos também acabariam com a implantação de um sistema federal, visto que são, em grande medida, conflitos sociais e não de natureza étnica; para ele, acontecem devido à impossibilidade de circulação dentro dos moldes das fronteiras nacionais. Assim, as etnias não deveriam ser negadas, mas transcendidas:

É necessário cultivar essas estruturas interétnicas e transétnicas positivas, porque elas podem ajudar a resolver problemas. É evidente que a guerra nunca acabará, se se teima em ver apenas as etnias, que muitas vezes ultrapassam as fronteiras nacionais. Foi por isso que eu disse que a união africana será construída com grande esforço. Foi o que chamei “as novas pirâmides”: em vez de ver as coisas por grupo étnico e de mobilizar-se para se defender e levantar barreiras aos outros, é preciso encarar soluções interafricanas, como os europeus fizeram com o carvão e o aço, com a União dita mineira nos anos cinquenta. Cada país isolado não tem meios para

ir mais longe no domínio das grandes infraestruturas. Entretanto, se forem fixados objetivos comuns, que exigem a união de todas as energias, mobiliza-se toda a gente para atingir resultados africanos que transcendam o nível nacional (KI-ZERBO, 2009, p. 56).

Para além da resolução desses conflitos, Ki-Zerbo acreditava que o federalismo distribuiria melhor o poder, abrindo o que chamava de “espaços africanos”, nos quais os governantes deveriam ter de prestar contas e respeitar os direitos humanos (2009, p. 148). Essa melhor distribuição de poder se daria em esfera local, federal e regional, a qual ele chamava de “sistema piramidal de cidadanias”, que levaria a maior pertencimento nos diferentes níveis pelo exercício da cidadania (p. 71).

Quanto aos processos de independência não-controladas que testemunhou e acerca dos quais logrou lançar uma resposta efetiva para a resolução dos problemas pós-coloniais, percebeu que, por não tentarem lançar uma resposta conjunta, não conseguiram constituir-se como nações completamente independentes. Para Ki-Zerbo, as nações africanas teriam tido “estruturas sociopolíticas extraordinárias” (2009, p. 73) se tivessem partido para o federalismo logo a partir de 1960, com as independências de várias nações antes sob domínio francês. Segundo o historiador, “todas as tentativas micronacionais de libertação da África (...) fracassaram, em grande parte, porque foram *solitárias* e não *solidárias*. (...) A libertação da África será pan-africana, ou não será.” (2009, p. 36, *grifo nosso*).

No conceito de pan-africanismo está o centro das preocupações da escrita da história para o historiador burkinense. Sua obra historiográfica começa a ser constituída a partir do início dos anos 1960, quando publica manuais de história enquanto exerce a profissão de professor. Em 1963, na Conferência de Addis Abeba, a Organização da Unidade Africana é criada, mantendo uma linha de manutenção das relações com os colonizadores, além da permanência das fronteiras e certa subordinação tecnológica e educativa, materializadas nas missões educativas e cartilhas vindas da ex-metrópole (VISENTINI, 1990, p. 47). Por outro lado, ficava claro que a ideia principal da conformação da OUA era manter as independências, garantindo a autodeterminação das nações e a perspectiva que versariam sobre a união e solidariedade entre os países, mesmo que os relatos finais tenham demonstrado claramente que a União pendia para o lado mais conservador e moderado, liderado pelos países que tiveram suas independências mais controladas (MBOKOLO, 2011, p. 552).

Com a permanência das fronteiras e da língua do colonizador como estratégias dominantes dessa independência controlada, Ki-Zerbo vê a ideia de federalismo cada vez mais distante e passa a escrever usando uma nova perspectiva e agir politicamente com o MLN (à época, clandestino), para derrubar a ditadura de Maurice Yaméogo no recém-independente Alto Volta, em 1966 (BARBOSA, 2016, p. 134). Convidado a ser professor na Universidade de Ouagadougou em 1968, dá continuidade àquela que será sua maior obra *Histoire de l'Afrique Noire*, publicada em 1972 (KI-ZERBO, 2009). Nessa obra fundamental, Ki-Zerbo demonstra seu desapontamento com OUA, que não cedeu aos apelos de Nkrumah durante a realização da reunião por uma união mais efetiva em detrimento do estabelecimento de Estados Nacionais fechados: “mais les esprits, et sans doute les réalités, n'étaient pas mûrs pour un tel langage.” (KI-ZERBO, 1978, p. 655).

Todavia, mais do que expressar desapontamento, a *História da África Negra* começa a cimentar um caminho que mimetizava uma nova abordagem histórica com a finalidade de construir novas perspectivas para as nações africanas independentes. Para Ki-Zerbo, a história não poderia jamais ser separada do desenvolvimento das nações, sendo ela a base de qualquer conquista. Nesse livro, Ki-Zerbo inaugura em sua obra a *perspectiva pan-africana*, um grande e já debatido movimento político e cultural que postulava a necessidade de olhar para a África a partir de seu conjunto a fim de compreendê-la e resolver suas questões mais fundamentais.

2 O PAN-AFRICANISMO E A AFRICANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

O pan-africanismo se tornou um movimento importante desde o fim do século XIX e ainda faz parte de algumas abordagens históricas e culturais em relação à África e ao negro. Contra a exploração e o abuso e pelos direitos do negro não só na África como no mundo todo, o pan-africanismo pode ser visto como uma síntese de diversas formas de pensar os movimentos por integração, direitos, enfrentamento ao colonialismo e, mais tarde, como forma de compreender a cultura e a história. Forjado primeiro fora da África, teve no estadunidense W. E. B. Du Bois seu maior expoente no período formador (BARBOSA, 2012b; LOPES, 2013), intelectual que lançou as bases políticas do movimento, trabalhando em favor das independências africanas e da luta por direitos na América.

Segundo Barbosa (2012b), esse primeiro período teve como mote as ideias de liberdade e integração e agregou intelectuais como Crummel, Horton, Blyden e Garvey que, apesar de terem sido considerados parte de um mesmo movimento, pensavam em estratégias distintas para as questões referentes à libertação. O caribenho Blyden, por exemplo, lançou bases importantes para a posterior geração de pan-africanistas ao sugerir que existiria uma “personalidade africana” – que incluiria a noção de que as sociedades africanas sempre tiveram valores civilizatórios que deveriam ser reconhecidos – e ao preconizar aquilo que será o mote de uma geração inteira de historiadores africanos: a ideia de “africanizar a África” (BARBOSA, 2012b, p. 139). Joseph Ki-Zerbo será um dos historiadores que, ao iniciar sua carreira na escrita da história da África retomará a ideia de personalidade africana na prestigiada revista *Présence Africaine* – publicada desde 1947 por diversos intelectuais e sob a direção de Alioune Diop (REIS, 2014, p. 393) – afirmando, em 1962, que a solidariedade, a gerontocracia e o coletivismo seriam marcas da personalidade africana que estariam se perdendo frente aos influxos externos, somente retomados com a criação de uma unidade continental através de uma abordagem pan-africana (BARBOSA, 2016, p. 133).

A segunda geração dos pan-africanistas, segundo Barbosa (2016), começa a partir de 1920, e é dividida pelo autor em duas partes: o a) pan-africanismo cultural e b) o pan-africanismo histórico. O pan-africanismo cultural tem base nos formadores e encontra seu auge na *Négritude* dos anos 1960, quando prega a incorporação simbólica do negro à cultura artística ocidental através da música, literatura, dança. A ideia da “Modernidade Negra” encontra uma sociedade menos racista com o fim das Guerras e o apoio de Picasso e Sartre, em uma visão estética e culturalista do negro. Contudo a ideia de exotização permanece,

devido à construção mítica da África e sua cultura, o que mantinha a ideia de que o continente era dominado pela tradição e diferença cultural.

Césaire e Senghor são intelectuais dessa geração que imprimem uma ótica internacionalista ao movimento, aplicando conceitos como a “Personalidade Africana” e “Subjetividade Negra”, dentro do movimento que ficou conhecido como *Négritude* Francófona, desenvolvida entre os anos 1930 e 1960. Pregando a descolonização do ser e do saber negro-africano, o movimento via o africano e o afrodescendente como uma comunidade uma que enfrentaria o racismo e o colonialismo. Aimé Césaire e Léopold-Sédar Senghor protagonizam “debates” na *Présence Africaine* em torno da ideia de *Négritude*: enquanto Senghor, em sua posição quase sempre moderada considerava a negritude um valor em si que conferia coerência ao universal, Césaire imprimia um ar mais político ao seu discurso, conclamando ao uso do conceito nas lutas por independência (LOPES, 2013). Reis (2014) lembra que mesmo no Primeiro Congresso de Escritores e Artistas Negros, de 1956, momento importante para o movimento da *Négritude*, havia vozes dissonantes a Senghor, que não concordavam com a ideia de “cultura negro-africana”, especialmente entre os antilhanos e estadunidenses. A ação política dos intelectuais ainda passaria por muitas formulações e reformulações, mesmo após as independências políticas.

O pan-africanismo histórico, como conceituado por Barbosa (2012b), começa a se concretizar na década de 1950 com trabalhos historiográficos voltados para a compreensão da realidade histórica africana não só em articulação com outros continentes, mas fundamentalmente nas relações intra-africanas. Nesse contexto, a obra de Cheikh Anta Diop, a qual voltaremos mais tarde, assume papel preponderante. A partir desses primeiros trabalhos, os historiadores africanos começam a reunir-se em Congressos de Historiadores, especialmente entre os anos de 1960 e 1970 e delineiam os projetos que desenharão novas historicidades para a África, dentro de perspectivas mais africana, pan-africana e nacionalista.

A partir dos anos 1980 e com a chegada dos estudos pós-coloniais, a ideia do “africano” como uma essência foi colocada em questão. A noção de “etnicidades” africanas começa a surgir, ao lado de trabalhos que observam o papel das elites africanas no atraso econômico (como nos trabalhos de Appiah, Mudimbe, Gilroy), afastando da análise a noção de que o atraso seria um “epifenômeno da dominação europeia-ocidental” (BARBOSA, 2012b, p. 148). Por fim, as análises mais atuais, baseadas em ideias que defendem a historicidade africana, fundamentadas na história afro-centrada estão abalizadas no refinamento conceitual, no entendimento da importância cultural e na crítica ao eurocentrismo e evolucionismo.

De modo geral, a importância do pan-africanismo na conformação das independências foi de pelo menos duas ordens: primeiro, porque vislumbrou a necessidade da emancipação e procurou as soluções no próprio sujeito africano; segundo, porque impulsionou os intelectuais do movimento a pensarem estratégias e soluções para os processos de independência e encontrou na própria experiência histórica africana um recurso possível para lutar tanto contra o colonizador quanto contra alguns governos conservadores que o sucederam. Sua ação foi fundamental na independência, no pós-independência e no estabelecimento de diretrizes próprias do continente para pensar a África e os africanos:

Mesmo com os problemas e deficiências surgidos com a institucionalização, o pan-africanismo manteve seus objetivos originais – promoção e desenvolvimento dos africanos, luta contra o imperialismo (foi marcante sua atuação político-diplomática contra o colonialismo português e o apartheid sul-africano), pelo desenvolvimento da consciência e unidade africanas e pelo progresso social. De 1957 até meados da década de 1960 (antes da criação do OUA), patrocinou e organizou congressos com vários objetivos – político, diplomáticos, de produção cultural e social –, além de impulsionar a criação de organizações representativas, como trabalhadores e camponeses, que transcendiam os limites das fronteiras. (VISENTINI et. al., 2013)

É dentro desse quadro pan-africano de estratégias de luta contra o neocolonialismo que os historiadores africanos, grande parte formada dentro dos quadros europeus, começam a dirigir um olhar “de dentro” e “para dentro” do continente africano. Familiarizados com as abordagens que negavam a historicidade da África e dos africanos, os estudiosos já entusiasmados pelos debates referentes à “Personalidade Africana” e à *Négritude*, passam a escrever a história da África com suas fontes e metodologias próprias, além de encontrarem na história um grande instrumento de luta para a emancipação política.

Quando Ki-Zerbo, na introdução à *História da África Negra* (1989b, p. 10), comenta os frequentes mitos acerca da África e a suposta inexistência de história no continente, se refere especialmente a Hegel que, em 1830, postulou que na África encontramos o “espírito a-histórico”. O historiador nigeriano Toyin Falola (2004) recolheu mais diversas visões acerca da história africana que começam em David Hume, no século XVIII, passam por Hegel, no XIX e por Trevor-Hoper, no século XX e que, em seu sentido geral, não são tão diferentes entre si ao esboçar ideias como a da passividade dos africanos ou a consideração de que havia história apenas no Egito e no norte africano. Carlos Lopes (1995), afirma que essa corrente de pensamento hegeliana sobre a África ainda está no imaginário ocidental e se materializa em exemplos de como os africanos foram inferiorizados pelos ocidentais em diversos segmentos como a arte, a ciência e, inclusive a história, que recebeu como sua substituta a Etnologia. A

esse tipo de abordagem quanto à história do continente africano Lopes (1995) atribuiu a denominação de “Historicidade da Inferioridade Africana”.

Face a essa subordinação historiográfica que acabava por servir aos interesses coloniais ao não permitir adequado acesso a sua história, os historiadores africanos da década de 1950 inauguraram uma nova forma de escrever a história da África, mudando o foco do fator europeu para a resposta africana à penetração, para as conquistas anteriores e aquelas que se impuseram durante a dominação colonial e o brilhantismo africano em relação às necessidades de adaptação (FALOLA, 2004).

Um dos primeiros historiadores a procurar a agência africana em sua história e nas relações com o colonizador foi o nigeriano Kenneth Onwuka Dike, em *Trade and Politics*, de 1950. Antes de realizar seus estudos universitários na Inglaterra e na Escócia, Dike estudou em escolas cristãs em Gana e Serra Leoa. O historiador procurou enfatizar o lado africano das interações com a Europa usando fontes tradicionalmente utilizadas pelos historiadores (FALOLA, 2004) – o que a historiografia posterior vai começar a transformar, inserindo principalmente as fontes orais à escrita da história –, especialmente nos assuntos já trabalhados pela historiografia, como o comércio de escravizados. Em *Trades and Politics*, Dike buscava demonstrar que os intermediários africanos do tráfico formaram uma elite organizada que procurava sua autonomia política e cultural e que, por sua posição no comércio de escravizados, tinha seus interesses respeitados nessas transações (BRITO, 2015, p. 60).

Dike foi membro fundador da “Escola de Ibadan”, uma das grandes escolas africanas da historiografia chamada nacionalista, que visava demonstrar por meio da história que a África possui capacidade de se autodeterminar e que os africanos sempre construíram sua história, inclusive com as estratégias de resistência à dominação após a invasão europeia. A historiografia nacionalista, ao criar respostas historiográficas às consequências da dominação, produziu um “contra-discurso” que recuperou os personagens históricos africanos dando-lhes roupagens heroicas em detrimento à visão hegeliana da historicidade africana (FALOLA, 2004, p. 240). Como um dos grandes expoentes dessa escola de pensamento, Dike afirmava:

A organização social das tribos do sudeste do Níger [...] foi, frequentemente, descrita como carente de coesão e menos avançadas na escala de organização política, especialmente em comparação com as monarquias altamente centralizadas e os estados de padrão ocidental. Não há, na verdade, base científica para tal comparação, como etnógrafos modernos tem enfatizado repetidamente. Não existe critério universal para uma comparação desse gênero, e como o professor M. J. Herskovits disse, “estudiosos que desenham comparações dessa natureza estão meramente reagindo ao seu próprio condicionamento que lhes deu uma

predisposição a favorecer seus próprios costumes e colocar culturas diferentes em níveis considerados menos avançados”. Nas palavras enfáticas de Piddington, ‘Nenhuma comunidade humana é inferior, anterior ou mais antiga do qualquer outra. Todas representam adaptações humanas altamente especializadas, o produto de milênios de vida cultural tradicionalizada’. (DIKE,1950 apud BRITO, 2015, p. 68. Tradução do autor)

A Escola de Ibadan recebeu várias críticas em relação à inabilidade de unir as pesquisas históricas à prática e focar muito nas elites/classes dominantes e esquecer os explorados. Realizando uma autocrítica, a Escola passou a produzir monografias com sínteses de histórias nacionais e pan-africanas a fim de “to forge unity and inspire people to greater achievements” (FALOLA, 2004, p. 247), na construção de uma história com algum propósito.

Na mesma época que Dike, destacava-se outro historiador que contribuiu sobremaneira para os estudos da história da África: Cheikh Anta Diop (1923-1986). Diop, bastante conhecidos pelos movimentos por sua militância e combatividade, visava estabelecer uma perspectiva negra da história. A base de suas conclusões tem a ver com dotar a África de uma matriz civilizacional a partir do Egito. Suas conclusões mais importantes se articulam com a ideia de que a África criou o Egito e este funcionou como elemento aglutinante de sua história. Defensor do Estado Federal para a África, Diop fez de seu trabalho uma luta para descolonizar a história africana. Suas duas teses principais versavam sobre a África como berço da humanidade e a unidade afro-negra de Egito e Núbia como os núcleos civilizacionais negro-africanos (BARBOSA, 2012b, p. 145). Assim como Joseph Ki-Zerbo e Kenneth Dike, Anta Diop participou ativamente de parte da elaboração do projeto da UNESCO *História Geral da África*, estando presente em todas as reuniões do Conselho Executivo do projeto entre 1971 e 1977 (BARBOSA, 2012a, p. 64). O senegalês Diop defendeu, como muitos de seus contemporâneos africanos, a necessidade de os próprios africanos pensarem a história da África a fim de se apropriarem de seu passado e conhecerem-se melhor:

Il devient donc indispensable que des Africains se penchent sur leur propre histoire et leur civilisation et étudient celles-ci pour mieux se connaître: arriver ainsi, par la véritable connaissance de leur passé, à rendre périmées, grotesques et désormais inoffensives ces armes culturelles. Pourtant, cette idée qui devrait n’être qu’un lieu commun et loin d’être évidente pour tous les Africains et l’on peut distinguer plusieurs tendances à cet égard. (DIOP, 2000, p. 15)

Diop defendeu que o historiador africano deveria se debruçar sobre a história do Egito e conectá-la com a história das outras partes da África (DIOP, 1996, p.7). Partindo da ideia de que a origem da humanidade e das civilizações só pode ser africana, o historiador partiu do estudo das línguas, cultura material e outras diversas fontes para determinar que o pensamento

científico e filosófico pode ser expresso nas línguas africanas e que o Egito é uma civilização negra (DIOP, 2000). Em *Nations Nègres et Culture* (1954), Diop defende a origem africana dos egípcios e sua importância como núcleo civilizacional africano:

Les Egyptiens eux-mêmes, si on leur accorde qu'ils étaient mieux placés que quiconque pour parler de leurs origines, reconnaissent sans ambiguïté que leurs ancêtres venaient de Nubie et du cœur de l'Afrique. Le pays des Amam, ou pays des ancêtres (notons que Man = ancêtre en valaf), ensemble du pays de Koush au Sud de l'Égypte, était appelé par les Egyptiens eux-mêmes la terre des Dieux. D'autres faits, telles que les tornades et les pluies torrentielles dont il est fait mention dans la pyramide d'Ounas, font penser aux tropiques, au cœur de l'Afrique, comme le remarque Amélineau. (DIOP, 2000, p. 227).

As análises de Cheikh Anta Diop sofreram muitas críticas devido ao método empregado para chegar a algumas soluções, como a comparação entre línguas que talvez não possuíssem toda a ligação pretendida pelo historiador e a necessidade de algumas bases científicas. Paulo Fernando de Moraes Farias, ao escrever sobre os paradoxos da perspectiva que chama de “afrocêntrica”, acrescentou que Diop, ao postular a existência de dois berços de civilização – o nilótico-africano e o euro-asiático – e atribuir a eles valores éticos (enquanto o africano teria gerado seres pacíficos e generosos, o asiático teria criado povos guerreiros e materialistas), “estabelecia uma generalizada superioridade africana no nível ético” (2003, 339-340).

Joseph Ki-Zerbo, que inicia sua escrita sobre a história africana na metade dos anos 1960, também participa, de certa forma, desse debate. Já em *Histoire de l'Afrique Noire*, Ki-Zerbo corrobora a ideia de Diop segundo a qual a civilização egípcia deveria ser considerada original e eminentemente africana, fazendo uso de outra metodologia para concluir essa máxima. Segundo Ki-Zerbo, o Egito não foi um “milagre”, mas o coroamento da preponderância africana nos primeiros séculos da humanidade (BARBOSA, 2016, p. 116; KI-ZERBO, 1978, p. 63). Para Ki-Zerbo, utilizando os recursos da arqueologia, paleontologia e de estudos de cultura material, a região saariana, no Neolítico, se constituía como uma região atrativa e por onde passava grande parte das técnicas e ideias através da circulação humana. Nesse sentido, funcionaria como um núcleo civilizacional neolítico (KI-ZERBO, 1978, p. 53-54) que começa a se desagregar a partir de 3.500 a.C. por razões meteorológicas/climáticas, o que fez com as populações se deslocassem para outros locais dentro do continente. Essa movimentação teria dado origem a populações com culturas originais em diferentes locais na África, como o Egito (1978, p. 63-64). O autor explorou pouco essa tese e volta a ela poucas vezes ao longo da obra.

Ao escrever sobre as civilizações que constituíram grande complexidade social como Gana, Mali, Songhai, Kongo, Benin – na época a qual chama de “Les Grands Siècles”, do XII ao XVI –, Ki-Zerbo argumenta que os séculos que as precederam foram fundamentais para a construção da estabilidade que essas civilizações encontram (1978, p. 129). Um dos elementos fundamentais da elevada organização dos grupos e de seu sucesso teria sido a descoberta de uma maneira de trabalhar e processar o ferro, supostamente autóctone, o que contrariava os estudos da época que atribuíam o desenvolvimento da manufatura com o ferro à influência europeia (BARBOSA, 2016, p. 118).

Todavia, o que mais chama a atenção em *História da África Negra* é a tese segundo a qual Ki-Zerbo afirma que os séculos XVI a XIX, que sucederam os “grands siècles” possam ser considerados “séculos de reajustamento” (1978, p. 231), e “le tournant” nos quais os contatos com os europeus e muçulmanos coincidem com o agravamento das tensões e a crise das maiores sociedades africanas. Para Ki-Zerbo, à medida que avança a dominação, avançam também a crise e a desagregação social. A “europeização” e conversão do Kongo, a islamização do Songhai e, principalmente, o tráfico de escravos que inaugura o período são fatores que interrompem o desenvolvimento africano e “arrancam” a África dos africanos (1978, p. 401). Segundo Barbosa, Ki-Zerbo “relativiza a pró-atividade dos africanos em temas polêmicos como o tráfico de escravos” (2016, p. 123). Para Ki-Zerbo, a partir da chegada dos europeus, o motor da história se colocou nos fatores externos, coibindo o desenvolvimento endógeno dos africanos e minando sua própria experiência histórica. Segundo o burkinense,

No século XVI, começou a invasão vinda do exterior: uma grande intromissão, com as “grandes descobertas” da África ao sul do Saara (...). Nenhuma coletividade humana foi mais inferiorizada do que os negros depois do século XV (...). Se ignorarmos o que se passou com o tráfico dos negros, não compreenderemos nada sobre a África. (...) O colonialismo substituiu inteiramente o sistema africano. Fomos alienados, isto é, substituídos por outros, inclusive no nosso passado. Os colonizadores prepararam um assalto à nossa história (KI-ZERBO, 2009, pp.24-25).

Esse esforço por parte dos intelectuais como Dike, Diop e Ki-Zerbo de trazer as contribuições positivas da África e atribuir ao continente a criação autóctone de ideias e formas de organização respondem a grande questão dos intelectuais africanos a partir dos anos 1950: como tornar a história da África mais africana?

A ideia de descolonizar o conhecimento histórico e “africanizar” a história da África se torna mais específica e evidente na tradição historiográfica africanista dos anos 1960 e levantou uma série de questões a cerca das fontes propriamente africanas (às quais Ki-Zerbo fez referência na introdução da *História Geral da África*), a como alcançar um conhecimento

africanizado e qual a necessidade de africanizar o conhecimento (BRIZUELA-GARCIA, 2006, p. 86). São essas as noções a partir das quais se lançam os historiadores africanos a fim de atingir um conhecimento africano para as questões do passado e do presente africano. Note-se que os autores que se debruçaram sobre a história do continente tinham em mente que um conhecimento histórico mais africano poderia dotar os africanos de um maior conhecimento de si e mais poder de transformar suas realidades:

A África, porém, preocupada com o problema do seu desenvolvimento, não se ocupa muito em ressuscitar o seu passado. As despesas neste setor são consideradas um luxo. E, contudo, o conhecimento da história africana deve ser olhado como uma parte integrante do desenvolvimento, mesmo econômico. Com efeito, como pedir a um camponês que aumente a produtividade e que se lance na batalha econômica, se não sabe, pelo menos sumariamente, o que está em causa? Para alguém se sentir empenhado na construção do futuro é preciso que se sinta herdeiro de um passado. Importa pois que o homem de Estado africano se interesse pela história como parte essencial do patrimônio nacional que ele deve gerir. (KI-ZERBO, 1989, p. 36).

Segundo a pesquisadora Brizuela-Garcia (2006), a africanização do conhecimento histórico está intimamente ligada a duas questões: 1) à retirada dos preconceitos na escrita da história africana seguida do questionamento e da escrita diferenciada e 2) à ideia de que quem escreve a história africana deve estar perto dos africanos. Assim, podemos apreender que os historiadores da geração de Ki-Zerbo, ao ver a história como um motor de desenvolvimento e associar essa nova historiografia ao desenvolvimento político e social da África entendiam que o primeiro passo para reduzir os erros que colocavam na escrita da história africana seria refazer os passos que levaram à “história da história da África” e opor a história da África à história dos europeus na África (BRIZUELA-GARCIA, 2006, p.87).

Essa história politicamente motivada partia de duas grandes questões: a primeira, em relação à autenticidade, tanto de métodos, quanto fontes, temas e estilos. Quanto a isso, os historiadores quiseram lançar mão de temas novos ou de leitura africana sobre temas anteriormente trabalhados sob a ótica colonial e impor um estilo mais combativo e de orientação mais politizada. Ki-Zerbo, por exemplo, na introdução à *História Geral da África* e na introdução de *História da África Negra* sugere que novas ciências sejam incorporadas à escrita da história e que se utilizem fontes eminentemente africanas, como as fontes orais, a fim de se criar um conhecimento autenticamente africano. A segunda grande questão posta pela africanização seria a relevância ou como a história poderia se ligar às necessidades africanas. Como vimos, os autores da geração de Ki-Zerbo focaram na agência africana mesmo nos processos já trabalhados pela história colonialista a fim de contribuir para a formação do sujeito africano e para o processo de descolonização. Nesse sentido, essa nova

historiografia se colocava a serviço dos africanos na construção das novas nações de forma a fazer com que os africanos pudessem se considerar “mestres de seus destinos” (BRIZUELA-GARCIA, 2006, p.89).

Como já referido, parte da historiografia nacionalista, notadamente a vinculada à Escola de Ibadan, sofreu muitas críticas, especialmente pela questão da relevância. Para Brizuela-Garcia (2006, p. 94) faltava uma perspectiva mais geral, que nem a historiografia nacionalista nem a de conotações marxistas puderam dar à história africana. A Escola de Dar-Es-Salaam, a partir da metade dos anos 1960 e especialmente nos anos 1970, procurou dotar a história de um sentido mais político, como foco na iniciativa popular, com matizes marxistas e eixo a partir da resistência ao colonialismo (FALOLA, 2004, p. 251). Anta Diop (2000, pp. 20-21), um dos historiadores que buscaram no marxismo ideias relevantes para pensar a ação popular na história africana, ao defender o Estado Federal para a África nota que a ideia de “nação” deveria ser usada, na África para pensar a questão da independência e as culturas nacionais, de forma a não privilegiar um grupo específico no caso do nacionalismo da Escola de Ibadan, às elites burguesas (BRIZUELA-GARCIA, 2006, p. 92; FALOLA, 2004, p. 245).

Ki-Zerbo, que começa a escrever sobre história quando a polêmica nacionalista ainda não havia se encerrado, preferiu uma atitude um pouco diferente: assentia a importância das histórias nacionais, desde que pudessem servir às sociedades africanas como um todo e não criassem obstáculos ao federalismo que propunha e tinha cuidado ao tratar do marxismo, visto por ele como demasiadamente europeu e voltado para as realidades europeias (KI-ZERBO, 2009, pp. 16-19; 1989a, p. 846). O afastamento de Ki-Zerbo em relação à ideia de uma revolução como “fratura violenta” (KI-ZERBO, 2009, p. 16) nos moldes dos movimentos de esquerda da época fez com que o historiador fosse visto com desconfiança até mesmo pelos revolucionários de Thomas Sankara no início dos anos 1980, que o exilou em 1983 sob alegação de fraude fiscal. Ki-Zerbo, que defendia um socialismo democrático africano (2009, p. 117) e havia criado um partido, a União Progressista Voltaica em 1974, acreditava que o contexto à época da tomada de poder por Sankara não reunia as condições necessárias a uma revolução.

De qualquer forma, esse esforço de africanização preconizado por Dike, Diop, Ki-Zerbo e muitos outros ainda gera inúmeras discussões. Trabalhos como os de Caroline Neale, Falola e Jennings têm trazido ao debate a questão de que usar fontes e tópicos africanos não basta: seria preciso tanto uma virada epistemológica na conceitualização de mudança histórica, tempo, causalidade quanto uma necessidade de estabelecer pesquisas comparativas e análises críticas inclusive sobre o ponto de vista africano, o que pode até mesmo redefinir a

pesquisa histórica como um todo, mesmo fora da África (BRIZUELA-GARCIA, 2006, pp. 94-98).

Entretanto, todo o empenho para fazer uma história africana para os africanos também angariou uma série de críticas de intelectuais, especialmente de fora da África. Talvez a crítica mais conhecida esteja relacionada à suposta inversão de perspectiva em detrimento da anterior. Carlos Lopes, em “A Pirâmide Invertida: Historiografia Africana feita por Africanos” (1995), classifica o movimento da geração de Ki-Zerbo como “a corrente da pirâmide invertida” (p. 5) na qual a ideia principal seria a de comparar os feitos da história africana àqueles das demais regiões do mundo, em uma tentativa de dizer que os africanos também tinham história. Mais do que isso, segundo sua análise, o resultado historiográfico dessa abordagem teria criado a ideia de uma superioridade africana (p. 7), baseada no conceito de que, antes da chegada dos europeus, as sociedades africanas viviam em harmonia entre si e com o meio e que a chegada do europeu interrompeu o desenvolvimento africano, como vimos anteriormente com as obras de Diop e Ki-Zerbo. Para Carlos Lopes, é uma história que, no fundo, se compara à história europeia, tendo um viés semelhante àquela por se concentrar nas mudanças sociais, na resistência ao colonialismo e na iniciativa local.

Segundo Lopes (1995), a grande obra da UNESCO, *História Geral da África* (HGA), representa quase com exatidão o que chamou de historicidade da pirâmide invertida. Para ele, todo o esforço da obra – iniciada a partir de discussões em 1965 e publicada a partir de 1979 – parte da perspectiva da superioridade africana, na qual os temas, abordagens e metodologias resultavam em uma visão bastante pragmática em que prevalecia a ideia de uma suposta verdadeira história da África, feita por africanos, endógena e rigorosa. De fato, a linha hegemônica da obra era a perspectiva africana e as preocupações principais versavam sobre a necessidade de construção de uma metodologia específica para fontes africanas, como a tradição oral, bem como propor perspectivas que abordassem as relações históricas entre as partes do continente, considerando-o em sua totalidade, um ponto de vista africano e a presença de maioria de intelectuais africanos na elaboração dos volumes (BARBOSA, 2012a). Não à toa, as polêmicas mais evidentes se deram em torno do volume VIII, sob a direção de Ali Mazrui, que apresentava um ponto de vista “pouco africano”, longe da proposta teórica da obra. Em 1979, os intelectuais que dirigiam a obra, provavelmente pressionados pelas instâncias superiores da UNESCO, decidiram manter a perspectiva do autor e acrescentar oito capítulos com temáticas internas africanas (BARBOSA, 2012a, pp. 222-227). De qualquer maneira, a historiografia da geração de Ki-Zerbo, tanto sob a forma das obras dos historiadores da perspectiva africana quanto ao conjunto da HGA, foram extremamente

importantes para afastar a historiografia colonial e criar novas possibilidades de abordagem para a história da África:

Em resumo, a ênfase de Lopes sobre africanização da historiografia da África recai sobre a continuidade. De fato, a instituição de uma historiografia africana (e a diferença com a sua correlata africanista) é considerada como reivindicação de uma hegemonia da escrita da história da África no interior de um discurso anticolonial. Pautada na prerrogativa de uma pretensa visão endógena e na investidura de parâmetros científicos, foi compreendida como uma resposta ideológica à escola imperial. Tanto porque postulava uma só identidade continental e racial, quanto porque sua reconstrução do passado servia para fornecer argumentos favoráveis à superioridade africana. Quase quarenta anos depois da independência de Gana (Lopes escreve em 1995), a geração de Ki-Zerbo e sua obra prima, a HGA-UNESCO, enfrentavam seu outono, tal como todas as grandes narrativas que se supunha ruir com a queda do muro de Berlim (BRITO, 2015, p. 29).

Entre 2000 e 2002, em entrevista a René Holstein, Ki-Zerbo argumenta que a historiografia apresentada por eles nas décadas precedentes não fora, de forma alguma, baseadas na ideia de uma África idílica, embora alguns de seus escritos corroborem com essa tese, principalmente no que se refere à História da África Negra. Especificamente na questão do poder, Ki-Zerbo afirmou que:

(...) não fazemos romantismo retrospectivo. Houve tiranos na África, e continua a haver. Mas queremos ficar com as pedras preciosas, e não com os resíduos maus do nosso patrimônio sociocultural. O Estado africano tradicional era uma instância de gestão do bem comum e das decisões tomadas em nome de toda a cidade, de todo o reino. Foi destruído, esmagado pela colonização (...) (KI-ZERBO, 2009, pp. 64-65).

Como havia notado Carlos Lopes (1995, p. 4), a historiografia do início da segunda metade do século XX se preocupou demasiadamente em afirmar que a África *também* tem história, no lugar de apenas afirmar que o continente tem história. Esse argumento pode ter levado a uma excessiva tentativa de comparação com a história dos outros continentes, especialmente o europeu; por outro lado, essa comparação começou a construir bases a um novo direcionamento do olhar para os acontecimentos africanos e o ensino de sua história. Ao mesmo tempo em que postula a não-intervenção do conhecimento diletante europeu sobre fatos africanos ao afirmar que os africanos não os ensinam a estudar a história europeia (1989, p. 38), Ki-Zerbo usa da comparação para explicitar o quanto a história africana está envolta pelos véus do pensamento dominante:

Quando um general romano manda executar o seu filho por razões de disciplina pátria, leva-se isso à conta de heroísmo patriótico. Quando Samori procede da mesma maneira, clama-se que é barbárie. O resultado são frases como estas que encontrei em dois terços dos exercícios de alunos africanos em 1964: “Samori era

um homem sem fé nem lei, um sanguinário. Felizmente, foi eliminado pelos franceses.” Onde aprenderam eles tudo isto? (KI-ZERBO, 1989, p. 35).

Alguns historiadores, como Boubacar Barry, fazem eco às palavras de Ki-Zerbo, ressaltando a importância da historiografia africana derivada das escolas nacionalistas, especialmente a de Dakar. Para Barry, por mais a historiografia africana do período tivesse suas limitações e contradições, foi extremamente importante para descolonizar o pensamento acerca da África, já que emanou do próprio processo de descolonização política. Além disso, comenta que as monografias escritas pelos historiadores vinculados à Escola de Dakar foram fundamentais para promover a “reabilitação do passado” (2000, p. 47) e afastar a ideia de que as escolas estrangeiras teriam dado origem aos estudos históricos africanos (p. 35).

Dessa forma, Boubacar Barry sublinha que as análises promovidas pelos africanos no período das independências, longe de sobrevalorizar a história e cultura africanas – como sugere Carlos Lopes – enfatizaram a necessidade de os africanos criarem “as condições locais, na África, para a produção e reflexão independentes sobre a história das suas sociedades, sem complexo ou monopólios” (2000, p. 52). Assim, a historiografia africana da época visava “não apenas garantir a posição correta da África na história, mas também de assumir a responsabilidade por aquela história com o objetivo de iluminar o caminho para o trabalho das novas gerações” (p. 2000, p.52). Nas palavras de Barry, a importância da escrita da história africana “africanizada” está nas possibilidades que abriu:

Essa história, que glorificava a África e apontava o ocidente como culpado, produziu uma riqueza de trabalhos tão diversos que é difícil traçar seu caminho através dos vários temas, motivos e especialmente influências cruzadas. Foi primeiro e acima de tudo um completo renascimento cultural que no espaço de duas décadas cobriu todas as esferas de pensamento, com essa história recém-achada formando a espinha dorsal de um continente inteiro, que não se supunha fosse assumir a iniciativa (BARRY, 2000, p. 46).

Africanizar o conhecimento histórico e não perder as bases materiais que levam à escrita da história formaram o fundamento do pensar histórico de Joseph Ki-Zerbo. Mesmo com as críticas que a escola de pensamento sofreu e apesar de algumas lacunas que tenha deixado, o pensamento de Ki-Zerbo ambicionava um estatuto de luta para a história, que teria lugar de privilégio nos movimentos tanto pela emancipação política quanto pela emancipação do pensamento e da escrita histórica. Durante parte de sua trajetória acadêmica e principalmente nos anos que sucederam às independências, Ki-Zerbo ainda sugeriu que além de a história africana representar o movimento em busca da consciência social, deveria ser abordada de forma a reconhecer as particularidades e o todo surgidos na própria África e

contribuir para preparar um desenvolvimento próprio, formada a partir de bases africanas: o *desenvolvimento endógeno*, que abordaremos a seguir.

3 O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E A HISTÓRIA

3.1 *Desenvolvimento Endógeno: passar de si para si mesmo*

A partir das implicações da africanização do conhecimento, Ki-Zerbo elaborou conceitos e linhas de pensamento que transformaram a historiografia da África. Ao compreender que conhecer a África – o que inclui, imperativamente, sua história – levaria os africanos a afastar modelos de desenvolvimento e cultura que não convinham ao continente (FALOLA, 2007, p. 50), o historiador delineia o que seria característica fundamental de seu pensamento: o *desenvolvimento endógeno*. Para Ki-Zerbo, o desenvolvimento endógeno poderia ser classificado como todas as contribuições próprias de uma cultura para si mesma, de forma a sempre se modificar usando seus próprios critérios:

De acordo com o que os historiadores sabem, nenhum povo se desenvolveu unicamente a partir do exterior. Se ele se desenvolve, é por que extrai de si mesmo os elementos do seu próprio desenvolvimento. Na realidade, todo o mundo se desenvolveu de forma endógena (...). Se quiséssemos representar por uma figura geométrica este tipo de desenvolvimento ideal, seria preciso vê-lo como uma espiral ascendente ou como o paradigma da árvore. A árvore está enraizada, vai ao fundo da cultura subjacente, mas também está aberta a trocas multiformes, não está murada e fechada. Assim, é estando profundamente enraizado que se fica disposto a todas as aberturas. (...) Para mim, o desenvolvimento é a passagem de si para si mesmo, em um nível superior. Disse também que o desenvolvimento é a multiplicação das escolhas quantitativas e qualitativas (KI-ZERBO, 2009, p. 149).

Ao usar o paradigma da árvore, o historiador aponta um elemento fundamental de seu pensamento: a noção de que o desenvolvimento só pode ser alcançado com bases bem fundamentadas. No caso do pensamento de Ki-Zerbo, essas bases seriam o conhecimento de sua história e a ciência por parte dos africanos de como suas bases sociais foram formadas, a fim de significá-las no presente e diminuir as influências negativas representadas pela inflexão estrangeira, absorvendo e ressignificando aquilo que a sociedade entender como benéfico a ela mesma. Dessa forma, estando verdadeiramente enraizados em suas culturas, os africanos poderiam determinar os elementos externos como legítimos ou ilegítimos para si.

Em *Para quando a África* (2009), Ki-Zerbo faz uma defesa veemente do desenvolvimento endógeno advogando a necessidade de conhecer o sistema de propriedade africano tradicional, a capacidade produtiva, a divisão dos bens sociais e organização das formas de poder antes de pensar um modelo de desenvolvimento para a África. Para ele, um dos elementos mais desagregadores para as sociedades africanas foi precipitar toda a África no sistema de mercado. Segundo Ki-Zerbo, os africanos não reconhecem “o princípio do

“tudo é mercado” (p. 33) e que lançar a África para o mercado “é querer a abolição da civilização e da cultura africanas.” (p. 33). As questões de propriedade, disposição dos recursos e divisão de poder nas sociedades africanas obedeciam a questões próprias, endógenas, que foram transformadas pela colonização e precisariam ser urgentemente revistas para evitar a derrocada africana e promover seu desenvolvimento a partir de si:

No sistema africano, a propriedade sempre foi mínima. (...) E a propriedade real era, de fato, um usufruto. O sistema africano tradicional visava limitar os desperdícios e evitar o açambarcamento da propriedade por alguns poucos, garantindo a cada indivíduo a possibilidade de dispor de um lote de terra, a fim de aplicar suas próprias capacidades produtivas. (...) O sistema estava organizado de tal maneira que era assegurado um mínimo a todos. (...) Os mossis, a etnia majoritária de Burkina Faso, continuam a ter seu sistema característico de separação de poder entre o *naaba* – o chefe político – e o *teng-soba*, o proprietário de terra. A ideia subjacente a isto é evitar que uma única pessoa tenha ao mesmo tempo o poder da propriedade e poder político, o poder sobre o ter e o poder sobre a força. (KI-ZERBO, 2009, pp. 34-35)

Assim, garantir o desenvolvimento endógeno passaria, primeiro, por respeitar essas características mais fundamentais de organização das sociedades africanas e criar os espaços para que se projetassem sobre as imposições externas. Ki-Zerbo não defende puramente uma volta os valores tradicionais ou às culturas anteriores à colonização, mas a preservação de alguns mecanismos que promoveram o desenvolvimento das sociedades até o ponto inflexivo da chegada europeia. Contudo, esses valores que foram essenciais para o desenvolvimento até o momento da colonização são radicalmente rejeitados pelas instituições financeiras internacionais e até mesmo por alguns homens de poder na África, que veem como único objetivo inserir a todos em um mesmo esquema internacional (2009, p. 36), sem espaço para a criação ou a recriação de sistemas mais exitosos e que respeitem as sociedades e suas particularidades.

Se procurarmos observar quais foram os mecanismos que permitiram o desenvolvimento das sociedades africanas antigas, como demonstrado por Ki-Zerbo em *Histoire de l'Afrique Noire*, poderemos perceber que ele elege alguns elementos como pedras basilares do autodesenvolvimento: em relação ao Egito, Kush e Méroé, por exemplo, o historiador percebe que suas características fundamentais foram a adaptação a novas conjunturas climáticas e a eclosão de instituições que permitissem melhor apropriação de recursos (1978, pp. 73-78). Há ainda uma menção à resistência de Axum às investidas islâmicas (1978, p. 121), bem como a descoberta de formas novas de produzir ferramentas no centro e sul da África (p. 98). Entre os Igbo do sudeste da atual Nigéria, percebe a importância do trabalho coletivo, a exogamia e os cultos comuns como fatores agregadores

que permitiram desenvolvimento interno e, no Benin, observa a estabilidade do sistema de poder e as grandes obras como partes desse desenvolvimento (p. 161).

Contudo, a “sombria aventura” europeia na África levou à estagnação do desenvolvimento endógeno das sociedades submetidas à colonização e ao tráfico de escravizados. Para Ki-Zerbo, os europeus interditaram a “chance histórica” dos africanos desenvolverem técnicas trazidas pelos europeus ou aprimorar as suas próprias: “Implacable, la règle d’airain de son essor économique conduisit l’Europe à abuser d’un continent vierge qui ne demandait qu’à recevoir...et à donner.” (1978, p. 205). Além disso, o burkinense nota que “um embargo histórico” impediu que a África pudesse se beneficiar dos contatos e que nos primeiros contatos feitos com o continente, os colonizadores já notavam o grande domínio técnico dos africanos (KI-ZERBO, 2009, p. 87). O trato de escravizados marcou o grande ponto de inflexão que travou o desenvolvimento endógeno africano.

Ao longo de sua trajetória, Ki-Zerbo procurou conceituar o desenvolvimento. Em *Para quando a África?* (2009), o historiador preconiza diversas definições que se adequam ao que ele define como desenvolvimento endógeno para a África. Para ele, o desenvolvimento “não é uma corrida olímpica” e nem pode ser associado à mera acumulação ou taxas de ganho (p. 134) pois, quando falamos em acumulação, remetemos ao acúmulo de algo *com alguém*. Ora, se o desenvolvimento deve alcançar a todos os cidadãos, não é possível que se possa reduzir o termo à acumulação, seja de recursos, saberes ou ganhos. Assim, Ki-Zerbo define três condições que, segundo ele, são necessárias para um verdadeiro desenvolvimento. Essas condições, que devem ser prévias e concomitantes ao processo, obedeceriam a três ordens: a) *O espaço africano de desenvolvimento*: representaria um espaço econômico mínimo no qual se integrariam os diferentes saberes de várias partes do continente; b) *A formação permanente de todo o povo*: abarcaria as condições educacionais mínimas como a alfabetização, educação cívica e apreensão dos conhecimentos acumulados – visto que, para ele, a educação é parte fundamental do desenvolvimento. Mais do que acumular conhecimentos, seria preciso acumular *conhecimentos africanos*, tornando também a educação endógena; c) *Democracia de base*: para Ki-Zerbo, somente pode haver desenvolvimento se houver democracia em pequenas associações, municípios, coletividades e grupos socioeconômicos.

Em resumo, Ki-Zerbo acredita que seria preciso recuperar a história africana e todos os contributos fornecidos por ela para iniciar um processo de desenvolvimento original e calcado em valores reconhecidos pelos africanos. Por isso, o historiador nunca abriu mão de sua ideia de que o federalismo e sua consequente complementação econômica seriam elementos fundantes desse desenvolvimento endógeno, de si para si mesmo. O próprio

colonialismo e as divisões territoriais artificiais decorrentes da ocupação desses espaços criou impedimentos, barreiras e proibições que explicariam, em alguma medida, o subdesenvolvimento africano (2009, p. 39). Outra parte do subdesenvolvimento, em que pesem alguns impedimentos africanos, como comentaremos a seguir, se origina da “invasão capitalista” atual – sobretudo financeira – a qual Ki-Zerbo chama “a nova partilha da África.”(2009, p.46). Seria preciso, portanto, articular mais as identidades africanas com seu passado coletivo; assim, para *africanizar o desenvolvimento*, primeiro dever-se-ia *africanizar a história*. Nas palavras de Joseph Ki-Zerbo

É por isso que se deve começar pela história. Fora desta revisão dissecante no plano histórico, não haverá uma nova visão do mundo, uma nova cosmogonia que seja portadora de bens, serviços e valores. Isso equivaleria a descer, mais uma vez, os degraus de uma contra-história humana. Diz-se que a guerra é uma coisa muito séria para ser confiada apenas aos generais. Creio que o desenvolvimento dos seres humanos é demasiado sério para ser deixado somente nas mãos dos economistas. (KI-ZERBO, 2009, p. 159)

Em seus escritos e manifestações, Ki-Zerbo sempre deixou claro seu programa vinculado à libertação e união da África a partir de um eixo: a recuperação e reconhecimento de sua história como um todo. Ki-Zerbo, formado na França sob as orientações de Braudel, sempre se interessou pela força do movimento, pelas temporalidades e pela compreensão do conjunto. Para ele, não bastava pensar na situação em que se encontrava a África para constituí-la após as independências; mais do que isso, seria preciso buscar o que levou os africanos a ser o que são e o que os levará a ser no futuro¹. Esse interesse pelo movimento e pela inter-relação entre as temporalidades forneceu as bases para sua escrita e ação política. Ki-Zerbo acreditava que a África precisava se reconciliar com seu passado – na maior parte escrito por pesquisadores de fora da África, que seguiam seus interesses coloniais, criando a imagem de barbárie que desejavam sobre os africanos – a fim de unificar seu futuro². O historiador burkinense deixava evidente, dessa forma, que a história “tinha-se tornado um

¹ Em 2005, o Conseil International des Radios et Télévisions d'Expression Française (CIRTEF), juntamente com a TV5 Afrique realizaram uma entrevista com Joseph Ki-Zerbo. Algumas informações contidas no texto recolhem trechos dessa entrevista para expressar o pensamento de Ki-Zerbo também fora de suas obras escritas. A entrevista está disponível em: <http://www.clubcirtef.org/VISION/pagevideo-pageTV-7.html> (acesso em 06 jan. 2018).

² Entrevista de Michele Citoni e Riccardo Moro com Joseph Ki-Zerbo em 23 de março de 2003 no II Congresso Internacional da Associação Chiama l’Africa, sob o título L’Africa in piedi. La via stretta della società civile” (Ancona, 28-30 março de 2003). Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dQ7A1JWwcbw> (acesso em 06 jan. 2018).

recurso, um modo de vida, um paradigma” (FALOLA, 2007, p. 50) para construir a unidade africana tão discutida pelos pan-africanistas.

V. Y. Mudimbe, importante intelectual africano contemporâneo, percebeu que os africanos procuraram-se e procuram-se ainda em obras ocidentais ou obras com referenciais etnocêntricos que produzem “regimes de verdade” e interferem profundamente na compreensão das realidades africanas, tanto dentro quanto fora do continente (MUDIMBE, 2013). Muitos anos antes, na Introdução à *História Geral da África*, Ki-Zerbo criticava a escrita da história sobre os africanos, que teria sido “mascarada e desfigurada” para servir aos interesses coloniais, o que engendrou um pensamento bastante pessimista do africano em relação a si mesmo. Essa manipulação colonial tornaria o conhecimento da história o primeiro passo para a transformação africana e para sua real descolonização. Nesse sentido, as palavras de Ki-Zerbo em texto publicado em 2007 dão sustentação a seu projeto e explicitam seu programa: “A grande prioridade para a África é, pois, constituir-se.” (KI-ZERBO, 2007, p. 8).

Dessa forma, conhecer a África e o ritmo de sua história seria imperativo para seu desenvolvimento. Françoise Ki-Zerbo, filha do grande historiador, traduziu o pensamento do pai em poucas palavras, incitando os africanos a “deixar de apreender e forjar o desenvolvimento africano por procuração.” (KI-ZERBO, 2007, p. 10). Em texto de homenagem ao pai historiador, Françoise buscou explicar o que Ki-Zerbo entendia por desenvolvimento endógeno. Para ela, “[o endógeno] é um grande esforço de refundação coletiva e de criação das condições para um desenvolvimento econômico e social autônomo.” (KI-ZERBO, 2007, p. 11). Nesse sentido, faz eco às palavras de seu pai, segundo o qual “[...] o conhecimento da história africana deve ser olhado como uma parte integrante do desenvolvimento, mesmo econômico.” (KI-ZERBO, 1989, p. 36) Para Joseph Ki-Zerbo, em *História da África Negra*, a história da África deveria ser feita preferencialmente pelos africanos, que saberiam, também, educar seus concidadãos para a compreensão da importância da construção de uma história para a África. Afinal, “não se pode viver com a memória dos outros” (KI-ZERBO, 1989, p. 36).

Ki-Zerbo, em *História da África Negra*, busca evidenciar os fatores endógenos que permitiram o desenvolvimento da África até os “séculos do reajustamento” (que correspondem aos contatos dos europeus com as formações africanas como o Songhai, o Congo e a Etiópia e que incluíam o tráfico de escravos). Para ele, contrapondo-se ao pensamento difusionista em voga na época da escrita da obra – composta entre 1962 e 1972 (ABDELMADJID, 2007, p. 33) – e às teorias vigentes da Antropologia e Etnologia, o desenvolvimento das sociedades na Antiguidade teria sido movido por motores propriamente

africanos e não sofrido influências externas. A ideia principal seria criticar o pensamento corrente segundo o qual o progresso e o dinamismo viriam sempre de fora da África e contrariar as noções antropológicas centradas na especificidade cultural e diferenciação étnica e racial (BARBOSA, 2016, p. 114-115).

Contrapor-se às visões da época e criar uma abordagem histórica interpretativa e com rigor metodológico e científico, dotando a história de sentido para a construção de uma nova realidade foi a maior contribuição de Ki-Zerbo. Ao analisar com rigor a história do Egito Faraônico e a formação das sociedades de Gana, Mali, Songhai e Congo, Ki-Zerbo formula a tese da existência de movimentos autóctones baseados no domínio de determinados recursos e técnicas, que permitiram o desenvolvimento das sociedades e suas formações culturais.

Como referido anteriormente, Ki-Zerbo vê um “mundo saariano” pelo qual circulariam ideias e técnicas, além da difusão de conhecimento e corrente deslocamento de populações na formação inicial do Egito. A diferenciação social decorrente da agricultura e a desertificação teriam feito surgir a sociedade egípcia que seria, portanto, decorrente dos movimentos dentro do continente africano e não da influência mediterrânica, como se acreditava à época. Já para o caso das formações do Mali, Gana, Songhai e Congo, por exemplo, o grande movimento teria sido o domínio da manipulação dos metais, especialmente o ferro. Na época, o pensamento corrente enfatizava uma suposta influência europeia na formação de grandes “impérios”. Para Ki-Zerbo, ao contrário, a influência europeia interrompeu o desenvolvimento endógeno africano, desagregando o desenvolvimento político, social e cultural das formações africanas antigas. Na conclusão do primeiro volume de *História Geral da África*, intitulado *Da natureza bruta à humanidade liberada*, Ki-Zerbo sugere, novamente, que o desenvolvimento da África foi interrompido por matrizes de pensamento contrárias aos valores civilizacionais africanos:

De acordo com os conhecimentos de que dispomos atualmente, a África foi o cenário principal da emergência do homem como espécie soberana na terra, assim como do aparecimento de uma sociedade política. Mas esse papel eminente na Pré - História será substituído, durante o período histórico dos dois últimos milênios, por uma “lei” de desenvolvimento caracterizada pela exploração e pela sua redução ao papel de utensílio. (KI-ZERBO, 2010, p. 833)

Evidentemente, o peso das inflexões geradas pelo colonialismo notabiliza-se como grande ponto da desagregação africana, visto que o tipo de dominação colonial e exploratória inibe as características fundamentais e originais de cada formação africana, gerando uma relação hierárquica e de poder incompatível com as formas anteriormente encontradas, além

de inserir fatores como acumulação e individualismo. Contudo, como historiador de método rigoroso e atento às fontes, Ki-Zerbo não deixou de perceber as características propriamente africanas que dificultaram alguns desenvolvimentos – sem dar a elas, é claro, o mesmo peso dado ao colonialismo, visto que a superação das dificuldades propriamente africanas produziu seu desenvolvimento singular.

Na Introdução ao volume I da *História Geral da África*, Ki-Zerbo afirma que “a natureza e os homens, a geografia e a história não foram benevolentes com a África” (Introdução, XXXV-XXXVI), especificando algumas características que pesaram muito na conformação da história africana. Essas características, que chama de “potências ecológicas” (XXXV), como os desertos, as montanhas e a floresta equatorial teriam dificultado, de certa forma, o desenvolvimento de determinados aspectos na África (XXIV-XXXV). Em seu estudo sobre a obra de Ki-Zerbo, Muryatan Barbosa percebeu também que o historiador evidencia como outras dificuldades africanas a baixa taxa de apropriação da terra, o baixo desenvolvimento das forças produtivas e a diluição demográfica (BARBOSA, 2016, p. 124).

De qualquer forma, todos esses fatores, sejam endógenos ou desagregadores, resultam no que conhecemos sobre a história da África. Como historiador do “movimento”, Ki-Zerbo não deixou de perceber que as virtudes e as falhas na África são produto de “inumeráveis forças impulsionadas pela história” (2010, XXXIII). A história como necessidade, como tomada de consciência, como prerrogativa para o desenvolvimento, como passagem de si para si em nível superior, como fonte da transformação, como forma de inspiração. Como “matéria viva” (KI-ZERBO, 1989, p. 35), a história ganhou corpo e vontade. Como necessidade, a história se tornou imprescindível para a mudança de perspectiva, não como “história-revanche”, mas como instrumento para uma nova atitude perante o continente, a fim de promover as independências e uma nova organização.

O propósito de Ki-Zerbo era dotar a história do estatuto de instrumento de luta. Para ele, “a história é igualmente feita para o homem, para o povo, para aclarar e motivar sua consciência.” (2010, XXXIII). Nessa perspectiva, Salim Abdelmadjid (2007) considera que o programa de Ki-Zerbo atacava o colonialismo pela raiz ao aproximar história, independência e consciência: “A independência de África só estaria totalmente concluída quando ela acontecesse na consciência histórica de si dos africanos.” (ABDELMADJID, 2007, p. 29)

Essa consciência, para Ki-Zerbo, passaria pela ideia da unidade africana, como vimos. Contudo, para a unidade se estabelecer, seria preciso mais do que recuperar a história da África; seria necessária a devida apropriação da história africana pelos africanos: “A unidade africana pressupõe o conhecimento de toda a África por todos os africanos.” (KI-ZERBO,

1989, p. 36). Para essa apropriação acontecer, a história da África precisaria ser repensada e *africanizada*. Para repensá-la, seria preciso pensar na relevância dos lugares de enunciação e na reestruturação de seus métodos e fontes. Ponto nevrálgico do pensamento de Ki-Zerbo, o método para uma história da África é um mergulho na concepção de história como um todo.

3.2 A história da África e a questão do método

Como vimos, a perspectiva africana, o desenvolvimento endógeno e o pan-africanismo, como partes fundamentais do pensamento de Joseph Ki-Zerbo, construíram sua abordagem de visão mais africana para a história do continente e contribuíram para as discussões de ordem política no bojo das lutas de libertação nacional e contra o colonialismo. Contudo, os contributos do historiador burkinense não se limitam à sua luta pela história como disciplina libertadora e edificadora das novas nações. Nas introduções de alguns de seus mais importantes trabalhos – a *História da África Negra* e a *História Geral da África* –, Ki-Zerbo dá verdadeiras lições de teoria e metodologia da História, sobretudo em relação à necessidade de se estabelecer parâmetros mais adequados para cada formação social. Além de estruturar sua concepção de história com base em método rigoroso e fontes adaptadas às realidades políticas, sociais e culturais, Ki-Zerbo fez da sua noção de História um manifesto a favor de uma história da África construída pelos africanos.

O estudo da história seria importante, segundo o historiador, porque é uma das disciplinas que forma o espírito, que “ensina a raciocinar pela consciência, dentro da lógica e além da ciência” (2009, p.14). Ki-Zerbo considerava a história fundamental para o processo de desenvolvimento e da tomada de consciência; mais do que isso, o burkinense também procurou dar corpo teórico à disciplina, considerando que teria duas dimensões indissociáveis: a liberdade e a necessidade:

A história anda sobre dois pés: o da liberdade e o da necessidade. Se considerarmos a história na sua duração e na sua totalidade, compreenderemos que há, simultaneamente, continuidade e ruptura. Há períodos em que as invenções se atropelam: são as fases da liberdade criativa. E há momentos em que, porque as contradições não foram resolvidas, as rupturas se impõem: são as fases da necessidade. Na minha compreensão da história, os dois aspectos estão ligados. A liberdade representa a capacidade do ser humano para inventar, para se projetar para diante rumo a novas opções, adições, descobertas. E a necessidade representa as estruturas sociais, econômicas e culturais que, pouco a pouco, vão se instalando, por vezes de forma subterrânea, até se imporem, desembocando à luz do dia numa configuração nova. (...) Assim, não podemos separar os dois pés da história – a história necessidade e a história-invenção –, como não podemos separar os dois pés de alguém que anda: os dois estão combinados para avançar. (KI-ZERBO, 2009, p. 17).

Em seus trabalhos, Ki-Zerbo apresentava consciência de estar produzindo escritos fundamentais para a escrita da história para os mais variados tempos e espaços. Na introdução da *História da África Negra*, intitulada *As tarefas da história na África*, Ki-Zerbo afirma que os métodos que sugere para a história da África – e que irá retomar no capítulo 15 da obra da UNESCO – poderiam ser vistos como auxílio para a metodologia da história como um todo (1989, p. 36). Esse pensamento decorre de um ponto fundamental de sua obra e de sua concepção de história: a história da África é propriamente a história da humanidade, tanto como parte integrante das dinâmicas históricas quanto por sua anterioridade em relação aos demais continentes.

Se o pensamento de Ki-Zerbo tinha claramente uma visão pan-africana da construção de uma federação que buscava na história sua fonte como escolha civilizacional (BARBOSA, 2016, p. 127), os métodos que arrola e aplica são necessários à compreensão da história universal. Primeiramente, é importante salientar que Ki-Zerbo problematizou a posição do historiador. Em seu entendimento tecido pela luta contra o colonialismo, o historiador sempre toma partido, pois a história não é apenas ciência, mas subjetividade, ambiente, vontade. A neutralidade não só não é possível como evitável. Para Ki-Zerbo, especialmente no que se refere à África, não se pode deixar que os outros escrevam a história africana, visto que durante muito tempo a historicidade africana foi negada ou seus aspectos importantes minimizados.

Mas as contribuições de Ki-Zerbo são ainda mais vastas. Talvez o principal elemento presente na obra de Ki-Zerbo seja a noção de interdisciplinaridade. Para ele, o historiador precisa entrar em contato com as mais variadas fontes e os mais variados eruditos para constituir ou reconstituir os objetos de sua análise. As fontes escritas, que sempre gozaram de estatuto privilegiado na historiografia de matriz europeia, são apenas algumas das possibilidades de testemunho. Para a história africana, são testemunhos bastante esparsos pelo mundo – sendo que Ki-Zerbo ainda lembra que é preciso recolhê-los, preservá-los e analisá-los novamente, visto que seus usos por determinados historiadores podem ter servido a interesses coloniais.

Além das fontes escritas, Ki-Zerbo defende o uso e a inter-relação de fontes arqueológicas, orais, linguísticas, antropológicas e etnológicas. O historiador usa vários momentos de sua obra para defender o uso das fontes orais e seus testemunhos, especialmente para a história da África. Segundo Ki-Zerbo, a tradição oral é um verdadeiro museu vivo que destaca o que é importante para uma sociedade, cria história (mesmo que nem sempre dentro

dos quadros cronológicos esperados por nossa disciplina) e deve merecer o estatuto de confiança dado às fontes escritas. Aliás, Ki-Zerbo faz uma crítica bastante contundente do uso estrito das fontes escritas, já que todas as fontes podem conter imprecisões e podem ser confrontada com outros tipos de testemunho. Vale lembrar que no decorrer das reuniões para a execução do projeto *História Geral da África* a construção da metodologia para fontes orais foi bastante discutido, já nos primeiros anos, quando Ki-Zerbo era o vice-presidente da comissão de organização da obra (BARBOSA, 2012a, pp. 213-214).

Um ponto interessante dessa análise pode ser encontrado quando Ki-Zerbo insiste na importância da linguística para a montagem do quebra-cabeça da história. De acordo com a análise da introdução da *História Geral da África*, a linguística é uma fonte privilegiada para a observação do movimento das palavras, das técnicas, dos grupos e da cultura na África. Nesse ponto também fica clara a importância de uma análise endógena, que não deformasse as palavras procurando associações errôneas nem gerasse compreensões imprecisas. Para Ki-Zerbo, somente os africanos poderiam saber se as palavras associadas teriam realmente correspondência entre si ou seriam falsas articulações (2010, XLIV).

Por fim, Ki-Zerbo oferece ao historiador da África (e ao historiador em geral) *quatro grandes princípios norteadores* para o trabalho com as fontes e os testemunhos. O primeiro deles, a interdisciplinaridade, é base para qualquer trabalho que vise apreender a “história total”, a partir do intercruzamento de documentos de variadas espécies. Seu segundo ponto se refere à necessidade de ver a história “de dentro”, do interior, dentro do conhecimento endógeno já discutido. Nessa mesma linha e explicitando o terceiro princípio, Ki-Zerbo afirma que é preciso entender a história dos povos africanos em seu conjunto, observando o todo que formam, dentro da perspectiva do que já definimos como pan-africanismo. Por último, afirma como o quarto princípio a necessidade de tratar mais de civilizações, instituições e estruturas do que do encadeamento factual dos acontecimentos, para não perder a visão do todo africano, de suas temporalidades e, principalmente, para não destacar sobremaneira os acontecimentos externos e inflexões no continente.

Não à toa, por todas as contribuições dos historiadores africanos a partir da década de 1950, a história passou a ocupar papel proeminente na academia africana e, segundo Falola (2004), nenhuma disciplina ilustra melhor a academia africana do que a história. Certamente o trabalho dos grandes historiadores africanos geraram densas discussões acadêmicas e encontraram eco nos movimentos, universidades e em todos os lugares onde a produção intelectual se conecta com os problemas, necessidades e destinos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após publicar suas principais obras, Joseph Ki-Zerbo se dedicou a pôr em prática aquilo que suas pesquisas preconizavam, fundando o Centro de Estudos para o Desenvolvimento Africano (CEDA), participando de investigações para o desenvolvimento endógeno, lecionando e participando de partidos e coletivos. Sua última grande luta antes da morte, em 2006, foi a militância pelo reconhecimento da escravatura e do tráfico de escravizados como crimes contra a humanidade, além de postular que a África receba indenizações pelos crimes perpetrados contra o continente. Lutou, ainda, pelo fim da impunidade em relação a crimes políticos e econômicos, o que lhe rendeu alguns prêmios e reconhecimento internacional.

Ki-Zerbo foi um intelectual engajado na luta dos povos. Por mais que grande parte de sua obra tenha se dedicado a dar um corpo diferente à história da África, sua luta política por emancipação das nações e pela emancipação dos indivíduos marcou sua trajetória profissional e política e imprimiu profundos traços em sua obra, calcadas em conceitos que podem ser abordados até hoje por historiadores que se interessem pelos mais diferentes temas.

Assim posto, temos claro que o pensamento de Ki-Zerbo abriu diversos caminhos para a historiografia em geral, além de dotar o pan-africanismo de uma vertente histórica importante para o desenvolvimento de seus objetivos políticos e intelectuais. Ao emprestar sua severidade metodológica e sua escrita elegante e abrangente ao movimento de luta pela independência, Ki-Zerbo alocou a história no centro dos debates sobre as estratégias desenvolvimentistas também no pós-independência, o que conferiu movimento e corpo à nossa disciplina.

No trabalho aqui apresentado, pretendeu-se realizar um breve apanhado das principais obras da trajetória do historiador burkinense articulando-as com questões de ordem da época em que foram produzidas, tradições metodológicas às quais se vinculavam e inovações em relação ao campo teórico e metodológico. Evidentemente, pela seleção das obras para a realização do trabalho, algumas lacunas puderam aparecer e evidenciar a limitação de algumas apreciações aqui empreendidas. Além disso, as leituras que tangenciavam o tema também foram levando a pesquisa para campos que só foram se estruturando ao longo da escrita do trabalho.

Ao trabalhar com uma obra vasta e em parte escrita em língua estrangeira, o pesquisador encontra alguns obstáculos que nem sempre puderam ser resolvidos pela bibliografia de apoio. De qualquer forma, os conceitos estruturantes das obras puderam ser

desenvolvidos e cotejados com outros autores do período e com a bibliografia auxiliar. Os conceitos de desenvolvimento endógeno e pan-africanismo, bem como as questões metodológicas propostas por Ki-Zerbo puderam ser desenvolvidas, mesmo que sua exploração possa conter lacunas devido à proposta de trabalho e ao propósito de um trabalho de conclusão.

O conceito de africanização proposto pela bibliografia instrumentalizada para pensar a historiografia trabalhada na pesquisa foram utilizadas de forma a se perceber que o trabalho dos historiadores à época das independências seguiram, pelo menos, dois caminhos concomitantes: ao mesmo tempo em que procuram abrir um campo de trabalho que pudesse englobar a perspectiva dos africanos sobre sua própria história, posicionam a África em lugar de distinção na história mundial, seja por sua anterioridade, seja por suas criações e inovações próprias. Penso que analisar a obra de Ki-Zerbo à luz desse conceito pode nos garantir adequada compreensão de sua trajetória e, nesse sentido, o trabalho cumpriu seus objetivos.

Mesmo que nem todos os objetivos políticos de Ki-Zerbo tenham sido alcançados, a acuidade de suas obras para o desenvolvimento da disciplina histórica renderam importantes implicações práticas para os desdobramentos da história do continente, abrindo portas para muitos historiadores do passado e do presente e para os que trabalham por uma África realmente independente e livre das amarras neocoloniais.

Uma das maiores contribuições do professor Ki-Zerbo foi evidenciar que o conhecimento da história é um grande instrumento de luta. Ao unir história e ação política, Ki-Zerbo lançou bases elementares para nossa ação como estudantes e professores, visto que atribui à história não um inventário de acontecimentos, mas um propósito político “desalienante” capaz de gerar movimento e criar novos modelos de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

Obras de Joseph Ki-Zerbo

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1989. 2 vols.

_____. **Histoire de l’Afrique Noire**. Paris: Hatier, 1978.

_____. (org.) Conclusão: Da natureza bruta à humanidade liberada. In: **História Geral da África. I: Metodologia e pré-história da África** / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.

_____. (org.) Introdução Geral. In: **História Geral da África. I: Metodologia e pré-história da África** / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.

_____. “Para onde vai a África?”. In: CODESRIA Boletim, nº 3 & 4, 2007, pp. 05-09. https://www.codesria.org/IMG/pdf/CODBUL3_4_07_Portu_sommaire.pdf?2214/ (Acesso em 02 jan. 2018.)

_____. **Para quando a África?** Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2009)

Obras Gerais

ABDELMADJID, Salim. “Joseph Ki-Zerbo: o intelectual, a política e a África.” In: CODESRIA Boletim, nº 3 & 4, 2007, pp. 26-46. Disponível em: https://www.codesria.org/IMG/pdf/CODBUL3_4_07_Portu_sommaire.pdf?2214/ (Acesso em 04 jan. 2018.)

BADINI, Amadé. “Joseph Ki-Zerbo (1922—)”. Perspectives: revue trimestrielle d’éducation compare. Paris, UNESCO : Bureau international d’éducation, vol. XXIX, nº 4, 1999, p. 699-711. Disponível em: <http://www.ibe.unesco.org/sites/default/files/kizerbof.PDF>. Acesso em 15 set. 2018.

BARBOSA, Muryatan Santana. “A construção da perspectiva africana: uma história do projeto História Geral da África (Unesco)”. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 32, nº 64, 2012a, pp. 211-230.

_____. “Pan-africanismo e teoria social: uma herança crítica”. In: **África**, São Paulo, v.31-32, pp. 135-155, 2012b.

BARBOSA, Muryatan; BOTELHO, Guilherme Machado; SAPEDE, Thiago Clemêncio.. “A perspectiva africana de Joseph Ki-Zerbo”. In: MACEDO, José Rivair (org.). **O pensamento africano no século XX**. São Paulo: Outras Expressões, 2016, pp. 111-142.

BARRIVIERA, Giovanna de Neiva. “Os desafios atuais à tradicional Política Africana Francesa”. In: 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política da Associação Latinoamericana de Ciência Política (ALACIP). Montevideo, julho de 2017.

Disponível: <http://www.congresoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YTo>

BARRY, Boubacar. **Senegâmbia: O Desafio da História Regional**. SEPHIS/Centro de Estudos Afro-Asiáticos: Universidade Candido Mendes, Amsterdam/Brasil, 2000.

BRITO, Mario Eugenio Evangelista Silva. **Por uma Descolonização da História: a historiografia africana da década de 1950, Kenneth Onwuka Dike e Cheikh Anta Diop**. (Dissertação de Mestrado). Goiânia, UFG, 2015.

BRIZUELA-GARCIA, Esperanza. “The history of Africanization and the Africanization of history.” In: *History in Africa*, ASA, v. 33, 2006, pp. 85-100.

CANCELA, Diogo Silva. **Solidariedade Internacional: A Revolução Argelina e os Movimentos Anticoloniais (MPLA, FRELIMO e PAIGC) e Antifascistas (FPLN)**. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea). Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2014. <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/27505/1/Vers%C3%A3o%20Final.pdf>

DIOP, Cheikh Anta. **Nations Nègres et Culture**. Paris: Editions Présence Africaine, 2000.

_____. **The African origin of Civilization**. Lawrence Hill Books & Co., 1996.

FALOLA, Toyin. “Joseph Ki-Zerbo e a luta pela independência.” In: *CODESRIA Boletim*, nº 3 & 4, 2007, pp. 47-50. Disponível em: https://www.codesria.org/IMG/pdf/CODBUL3_4_07_Portu_sommaire.pdf?2214/ (Acesso em 02 jan. 2018.)

FALOLA, Toyin. **Nationalism and african intellectuals**. University of Rochester Press, 2004.

FARIAS, Paulo Fernando de Moraes. “Afrocentrismo: entre uma contranarrativa histórica universalista e o relativismo cultural”. In: *Afro-Ásia*, nº 29/30, 2003, pp. 317-343.

KI-ZERBO, Françoise. “O combate de Joseph Ki-Zerbo: teórico e técnico do desenvolvimento endógeno em África.” In: *CODESRIA Boletim*, nº 3 & 4, 2007, pp. 09-14. Disponível: https://www.codesria.org/IMG/pdf/CODBUL3_4_07_Portu_sommaire.pdf?2214/ (Acesso em 03 jan. 2018.)

LOPES, Carlos. “A pirâmide invertida – historiografia africana feita por africanos”. In: *Actas do colóquio Construção e ensino de história da África*. Lisboa: Linopazas, 1995, pp. 21-29.

_____. “Amílcar Cabral como promotor do pan-africanismo.” In: *Forum Amílcar Cabral*, Praia, 2013. Disponível em: https://www.uneca.org/sites/default/files/LopesWritings/amilcar_cabral_como_promotor_do_pan-africanismo.pdf Acesso em 08 jan. 2018

MACEDO, José Rivair. **História da África**. São Paulo, Editora Contexto. 2014.

MAZRUI, Ali A. **História Geral da África. VIII: África desde 1935**. Editado por Ali Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília: UNESCO, 2010.

Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256POR.pdf> Acesso em 20 set. 2018

MBOKOLO, Elikia. **África Negra: História e Civilizações**. Salvador: Edufba/ São Paulo: Casa das Áfricas, 2011. 2 tomos.

MUDIMBE, Valentin. **A invenção da África**. Lisboa: Edições Pedagô, 2013.

PAIM, Márcio. “Pan-africanismo: tendências políticas, Nkrumah e a crítica do livro Na Casa De Meu Pai.” Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano VII, NºXIII, Julho/2014.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. “O Prelúdio Da Cooperação Sul-Sul: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978).” In: I Seminário Internacional de Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Set. 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/PEREIRA-MEDEIROS-2015-O-Prel%C3%BAdio-Da-Coopera%C3%A7%C3%A3o-Sul-Sul.pdf>.

Acesso em 20 set. 2018

REIS, Raíssa Brescia dos. “Ação Política Intelectual como modelo de participação negra: o movimento da *Négritude* (1930-1960).” Revista de Ciências Humanas, Viçosa, v. 14, n.2, p. 392-409, jul./dez. 2014.

RIBEIRO, Luiz Dario T. *Da Conquista Européia à Descolonização*. In: VISENTINI, PAULO G. F. ; RIBEIRO, Luiz Dario T. ; PEREIRA, Analúcia D. **Breve História da África**. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2007.

SANOU, Doti Bruno. La mission de l’élite intellectueller africaine dans la pensée de Joseph Ki-Zerbo. In: Conférence au Centre de Documentation Joseph KI-ZERBO du Centre d’Etudes pour le Développement Africain (CEDA), 2008. Disponível em: http://fondationki-zerbo.org/SPIP/IMG/pdf/La_mission_de_l_eliite_intellectuelle_africaine_dans_la_pensee_de_Joseph_Ki-Zerbo._1_-2.pdf. Acesso em 10 out. 2018

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **Da Guerra Fria à Crise (1945 a 1990)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1990.

_____. Independência, marginalização e reafirmação da África (1957-2007). In: MACEDO, José Rivair. (org). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, pp. 123-137.